

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO**

BRUNA PLATH FURTADO

**A RELAÇÃO DE CONDICIONALIDADE DO CONECTIVO *QUANDO* EM
CRÔNICAS DE RUI DE PINA DO INÍCIO DO SÉCULO XVI**

**MARINGÁ - PR
2014**

BRUNA PLATH FURTADO

**A RELAÇÃO DE CONDICIONALIDADE DO CONECTIVO *QUANDO* EM
CRÔNICAS DE RUI DE PINA DO INÍCIO DO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Regina Pante

**MARINGÁ – PR
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

F992r Furtado, Bruna Plath
A relação de condicionalidade do conectivo quando
em crônicas de Rui de Pina do início do século XVI/
. -- Maringá, 2014.
89 f. il. , figs.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Maria Regina Pante.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-graduação em Letras, 2014.

1. Funcionalismo. 2. Descrição linguística. 3.
Sintaxe. 4. Oração temporal-condicional. 5. Conector
quando. 6. Português arcaico, I. Pante, Maria
Regina, orient. II. Universidade Estadual de
Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ED.415

JLM-001932

BRUNA PLATH FURTADO

**A RELAÇÃO DE CONDICIONALIDADE DO CONECTIVO QUANDO EM
CRÔNICAS DE RUI DE PINA DO INÍCIO DO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Pante
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -

Prof.^a Dr.^a Elódia Constantino Roman
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Prof. Dr. Manoel Messias Alves da Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me permitir aquisição de conhecimento, pelo amparo que sempre encontro diante das dificuldades e por me proporcionar a inspiração necessária nos momentos de estudo.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Regina Pante, pela orientação no desenvolvimento deste trabalho, por me ensinar a gostar de português arcaico e por ter acreditado na minha capacidade.

Ao meu pai, Ercilio da Costa Furtado, pelo amor incondicional, por sempre me apoiar e por ser para mim um exemplo de profissionalismo, e à minha madrasta Tânia dos Santos, pelo carinho e pelas orações a mim dedicadas.

À minha mãe, Benedita Eldetrudes Plath, pelo amor incondicional, por sempre me ouvir, incentivar-me e aconselhar-me, e ao meu padrasto Moacir Pomini, pelo carinho e pela palavra amiga.

Ao meu companheiro Gustavo Luis Schacht, por me apoiar todas as vezes em que precisei, pela dedicação, com a qual sempre me auxilia, e por se interessar muito pelo meu crescimento profissional.

Ao meu filhote Quincas, por todas as vezes que não saiu para passear e por todos os intermináveis dias de trabalho que acompanhou pacientemente sentado ao meu lado.

A todos os meus familiares, pelo interesse no desenvolvimento deste trabalho e por perdoarem a minha ausência em alguns momentos, especialmente ao meu avô Antônio Honorato Plath (*in memoriam*), porque nunca deixou de se preocupar com a minha satisfação profissional.

Aos meus amigos, por representam sempre um alívio durante o processo que é desgastante e difícil, especialmente, a Camila Galvão, que me ajudou com o *abstract*.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela bolsa concedida no período de 2013 a 2014.

A todos os funcionários e professores do Programa de Pós-graduação em Letras.

Aos professores Manoel Messias Alves da Silva e Elódia Constantino Roman, pela participação na banca e pelas significativas contribuições a este trabalho.

A todos que, direta e indiretamente, colaboraram para que esta pesquisa fosse desenvolvida.

“A língua só se manteria imóvel, se imóvel se mantivesse a sociedade. Um mundo de excelência linguística cristalizada, com o brilho das formas literárias antigas, só existe no plano da fantasia.”

David Crystal

FURTADO, Bruna Plath. **A relação de condicionalidade do conectivo *quando* em crônicas de Rui de Pina do início do século XVI**. 2014. 88 f. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Regina Pante. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a uma descrição da relação condicional estabelecida em períodos oracionais cuja cláusula, tradicionalmente denominada subordinada, é introduzida pelo conectivo *quando*. Essa descrição é empreendida em cinco crônicas do início do século XVI, período arcaico da língua portuguesa, cuja autoria se atribui ao cronista Rui de Pina. Sob uma perspectiva teórica funcionalista, nosso objetivo é verificar as condições linguísticas que propiciam uma leitura condicional a cláusulas que, pela tradição gramatical, são classificadas pela presença do conector *quando* como temporais. A partir do levantamento das ocorrências do conectivo *quando*, uma primeira análise nos permitiu separar as orações temporais das condicionais. O levantamento quantitativo das ocorrências demonstrou a produtividade dessa estratégia linguística, que constitui a utilização da forma não canônica de expressão de condição *se p (então) q*. Em seguida, utilizamos os parâmetros propostos por Neves (2011) para, em uma análise mais detalhada, descrever como se estabelece, entre duas cláusulas mediadas pelo *quando*, uma relação de condição. Por último, mediante critérios modo-temporais e semânticos, constatamos que o estudo da língua em uso pode desmistificar a classificação tradicional da relação estabelecida entre as cláusulas (principal e adverbial temporal) que considera apenas a atribuição de um único valor à oração e que tem como base a classificação prévia do conectivo, posto que aquilo que se considera exceção é tão produtivo quanto a própria regra.

Palavras-chave: relação condicional; conector *quando*; funcionalismo; português arcaico.

ABSTRACT

This research proposes a description of the conditional relationship established in compound sentences which are traditionally referred to as subordinate clause and it is introduced by the connective *when*. This description is undertaken in five chronicles of the beginning of the sixteenth century, archaic period of the portuguese language, whose authorship is attributed to the chronicler Rui de Pina. Under a functionalist theoretical perspective, our goal is to verify the linguistic conditions which make a conditional reading of clauses that by tradition are classified by the presence of the connector *when* as of time. From the mapping of the occurrences of the connective *when* an initial analysis allowed us to separate the time of conditional clauses. The quantitative mapping of occurrences demonstrated the productivity of this linguistic strategy, which is the use of non- canonical form of the condition expression *if p (then) q*. We then used the parameters proposed by Neves (2011) to describe how to establish a relation of condition between two clauses mediated by connective *when*. Finally, according to time, manner and semantic criteria, we found that the study of the language in use can demystify the traditional classification of the relationship established between clauses which considers the assignment of a single value to the clause and which is based on the previous classification of the connective, since what is considered exception is as productive as the rule itself.

Key words: conditional relationship; conector when; functionalism; archaic portuguese language.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Paradigma formal <i>versus</i> paradigma funcional.....	21
Quadro 2: Gramática formal <i>versus</i> gramática funcional.....	23
Quadro 3: Sistema de relação entre as cláusulas.....	31
Quadro 4: Tipos básicos de cláusulas complexas.....	34
Quadro 5: Panorama quantitativo de ocorrências temporais x condicionais por obra investigada.....	52
Quadro 6: Levantamento quantitativo total de ocorrências e por obra.....	55
Quadro 7: Comparação quantitativa entre ocorrências com relação temporal e ocorrências com relação condicional estabelecida.....	56
Quadro 8: Comparação quantitativa entre os tipos de condicionais encontradas.....	57
Quadro 9: Panorama geral do resultado das análises.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS

CDAII	Chronica de EI-Rei Dom Affonso II
CDAIII	Chronica de EI-Rei Dom Affonso III
CDAV	Chronica de EI-Rei Dom Affonso V (volumes I, II e III)
CDD	Chronica de EI-rey Dom Diniz (volumes I e II)
CDSII	Chronica de EI-Rei Dom Sancho II
Ft	Futuro
Ft ₁	Futuro do Presente
Ft ₂	Futuro do Pretérito
Gd	Gerúndio
Id	Indicativo
If	Infinitivo
Sb	Subjuntivo não subordinado ou Imperativo
Sb ₂	Subjuntivo subordinado, ou propriamente dito
Pa	Particípio
Pr	Presente
Pt ₁	Pretérito Imperfeito
Pt ₂	Pretérito Perfeito
Pt ₃	Pretérito Mais-que-Perfeito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1.1 A ciência linguística.....	15
1.2 O Funcionalismo em linguística.....	16
1.3 A corrente formalista <i>versus</i> a corrente funcionalista da linguagem.....	20
2. CAPÍTULO II. A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES.....	25
2.1 Gramática tradicional: coordenação e subordinação.....	25
2.2 A construção condicional pela gramática tradicional.....	28
2.3 A articulação de orações sob a perspectiva funcionalista.....	30
2.4 A construção condicional pelo Funcionalismo.....	35
2.4.1 <i>A construção condicional a partir de uma concepção lógico- semântica</i>	36
2.4.2 <i>O conector QUANDO e a relação condicional</i>	39
3. CAPÍTULO III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
3.1 Caracterização do <i>corpus</i>	43
3.1.1 <i>Chronica de El-Rei Dom Affonso II</i>	44
3.1.2 <i>Chronica de El-Rei Dom Sancho II</i>	45
3.1.3 <i>Chronica de El-Rei Dom Affonso III</i>	46
3.1.4 <i>Chronica de El-Rei Dom Diniz (volumes I e II)</i>	47
3.1.5 <i>Chronica de El-Rei Dom Affonso V (volumes I, II e III)</i>	48
3.2 Português arcaico.....	49
3.3 Metodologia.....	50
4. CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	54
4.1 Apresentação quantitativa das ocorrências analisadas.....	54
4.2 Análise das ocorrências.....	57
4.2.1 <i>Relação temporal</i>	58
4.2.2 <i>Relação condicional eventual</i>	61

4.2.3 <i>Relação condicional factual</i>	73
4.2.4 <i>Relação condicional evento-factual</i>	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

1. Considerações gerais

Estudos linguísticos em língua portuguesa demonstram que o conector *quando* exerce a função ora de advérbio, expressando circunstância de tempo, ora de conjunção, em que introduz orações subordinadas adverbiais (temporais, condicionais, causais, proporcionais e concessivas), cuja interpretação pode ser de tempo, de condição, de causa, de proporção, de contraste ou de concessão. Apesar dessa ampla possibilidade de relações semânticas, a maioria das gramáticas tradicionais limita o *quando* apenas à noção temporal.

Nesta pesquisa, investigamos as cláusulas que, anexadas por meio da conjunção *quando*, estabelecem entre si uma relação de condição.

A abordagem da vinculação de orações sob a ótica tradicional tende a classificar as cláusulas adverbiais condicionais a partir do preestabelecimento de uma lista de conjunções e de locuções conjuntivas que as encabeçam. Estudos funcionalistas, como os desenvolvidos por Neves (2011) e Hirata-Vale (2005), revelam que essa abordagem não é suficiente para abranger todas as estratégias utilizadas pelo usuário da língua ao expressar um conteúdo condicional, de modo que, nesse contexto, estruturas não encabeçadas pelas tradicionais conjunções condicionais são excluídas de uma análise mais significativa, acerca do funcionamento da língua e da multiplicidade de interpretações da vinculação de orações.

Dessa mesma forma, enquanto estudos funcionalistas recentes – Neves (2011), Hirata-Vale (2005), Antonio (2012) e outros – demonstram as estratégias linguísticas que permitem a cláusulas introduzidas pelo *quando* uma leitura condicional, tradicionalmente, apenas a noção de tempo é atribuída a esse conector.

As constatações dos estudos linguísticos desses autores funcionalistas aproximam a noção de tempo e de condição nas expressões linguísticas e revelam a necessidade de estudos que demonstrem e descrevam as intersecções e os distanciamentos possíveis entre uma relação e outra na estrutura dos enunciados.

Construções com valor condicional são facilmente encontradas em situações reais de comunicação na língua portuguesa e, conforme Hirata-Vale (2005), com a mesma facilidade encontramos aquelas cuja estrutura não é contemplada nas gramáticas tradicionais. A autora (HIRATA-VALE, 2005) esclarece que, atualmente, as condicionais “atípicas” são muito exploradas, sobretudo, em estratégias publicitárias.

Hirata-Vale (2005) salienta que, apesar da recorrência de orações vinculadas pelo *quando* com relação condicional e outros tipos de condicionais denominadas não canônicas, não há muitos trabalhos no Brasil que se proponham a descrever esse tipo de construção.

2. Justificativa

Considerando a escassez de trabalhos que apresentam estruturas cuja relação condicional é intermediada por um conector ao qual tradicionalmente se atribui apenas um valor temporal, a elaboração deste trabalho justifica-se pela possibilidade de ampliar os horizontes de pesquisa em língua portuguesa, produzindo uma descrição significativa de uma forma específica de articulação de orações com interpretação condicional em textos pertencentes ao século XVI.

A escolha do período de análise se justifica porque, passada a fase arcaica, tem-se, no século subsequente, uma língua que se mostra mais facilmente compreensível do ponto de vista sintático-semântico, fato que não é possível com textos da fase arcaica, que ainda se mostram bastante próximos do latim, no caso do século XII, nem com os dos séculos posteriores, séculos XIII e XIV, que apresentam como *corpora* de análise basicamente as cantigas medievais.

Por outro lado, o fato de elegermos o início do século XVI para análise não significa que tomaremos como objeto de análise todas as ocorrências em uma infinidade de textos disponíveis, pois isso também demandaria tempo. Por isso, optamos pela seleção de cinco crônicas do início do século XVI, cuja autoria se atribui a Rui de Pina: *Chronica de El-Rei Dom Affonso II*, *Chronica de El-Rei Dom Sancho II*, *Chronica de El-Rei Dom Affonso III*, *Chronica de El-Rei Dom Diniz* (volumes I e II) e *Chronica de El-Rei Dom Affonso V* (volumes I,

II e III). A partir desses textos, optamos pela coleta de todas as ocorrências de cláusulas introduzidas pelo conector *quando*, para, em seguida, delimitarmos o percentual de períodos que permitem uma leitura temporal e períodos cuja interpretação semântica evidencia uma leitura condicional.

3. Objetivos do estudo

Nossa pesquisa tem como objetivo geral empreender uma descrição do uso do conector *quando* ao atribuir às orações uma relação de condição em crônicas do século XVI da língua portuguesa. Os objetivos específicos são:

- a) verificar quais condições linguísticas aspectuais, modo-temporais e semânticas propiciam uma interpretação condicional a cláusulas vinculadas pelo conector *quando*, em crônicas do final da fase arcaica da língua portuguesa;
- b) contribuir para os estudos acerca da relação de condição entre duas cláusulas;
- c) ampliar a visão a respeito das relações semânticas estabelecidas pelas cláusulas em português.

4. Organização do trabalho

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, encontra-se a fundamentação teórica sob a qual desenvolvemos a pesquisa. Apresentamos, nesse primeiro capítulo, considerações acerca do Funcionalismo, estabelecendo um contraponto entre a corrente funcionalista e a corrente formalista dos estudos linguísticos, bem como discorrendo a respeito da articulação de orações tanto sob a ótica funcionalista quanto sob a ótica da gramática tradicional (doravante GT); por último, expomos os estudos funcionalistas em relação às construções condicionais.

No segundo capítulo, tratamos a respeito da articulação de orações sob uma perspectiva tradicional da gramática e, em seguida, a partir dos estudos funcionalistas, sobretudo de Halliday (2004).

No terceiro capítulo, apresentamos considerações a respeito dos *corpora* selecionados para a pesquisa, as crônicas de Rui de Pina produzidas no século XVI. Discorreremos, brevemente, acerca do período em que as crônicas foram escritas. Nesse capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados nas análises.

No quarto capítulo, apresentamos os dados encontrados em nossa pesquisa e expomos as análises das ocorrências encontradas.

Por último, tecemos nossas considerações finais a respeito dos resultados encontrados.

CAPÍTULO I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentamos os pressupostos teóricos da corrente funcionalista, na qual este trabalho está embasado, caracterizando o pensamento funcionalista da linguagem e, em seguida, contrapondo-o à abordagem formalista, visto que estes representam duas significativas abordagens de descrição linguística.

1.1 A ciência linguística

O estabelecimento da linguística como uma ciência ocorreu a partir de 1916, com a publicação do *Curso de linguística geral*, obra a respeito dos estudos sobre a linguagem, organizada a partir de anotações feitas por Charles Bailly e Albert Séchehaye, discípulos de Ferdinand de Saussure. Nessa obra, a linguística, antes de ter seu objeto de estudo delimitado, passou por três fases: a gramática (estudada desde os gregos, visa formular normas), a filologia (cujo objeto de estudos não é unicamente a língua) e a gramática comparada (que esclarece uma língua em comparação à outra).

Conforme o exposto no *Curso de linguística geral*, ao isolar *linguagem*, *língua* e *fala*, Saussure (1972) delimitou a *língua* e a *fala* entre os estudos linguísticos. Por se tratar de objetos diferentes, ainda que interdependentes, conforme o linguista, dois tipos de estudos linguísticos diferentes deveriam ser empregados, um que investigasse a *língua* e outro que investigasse a *fala*.

Saussure (1972) dedicou seus estudos à *língua* e atribuiu à linguística a tarefa de descrever esse objeto, que deveria ser considerado uma estrutura ou um sistema autônomo, cujos elementos deveriam ser analisados em si mesmos sem considerar, para tal, fatores extralinguísticos. Essa metodologia empreendida por Saussure daria origem ao Estruturalismo.

A *língua* é definida por Saussure (1972) como um conjunto de signos, como o produto social da linguagem e como um conjunto de convenções necessárias, exterior ao indivíduo e que não pode ser modificada por este, em oposição à *fala*, à qual se atribui a individualidade.

Conforme Costa (2011), os estudos desenvolvidos por Saussure, a respeito da organização estrutural da língua, concebem a língua como uma

estrutura formada por elementos coesos, inter-relacionados e estruturados por meio de leis internas estabelecidas pelo sistema linguístico, características que tornam o pesquisador um dos maiores estruturalistas. Ainda segundo o autor (2011), para o Estruturalismo prescrito por Saussure, a língua é um sistema resultante da aproximação de determinadas unidades, as quais obedecem a determinados princípios de funcionamento e constituem um todo coerente e coeso. Assim, ao descrever esse sistema, o linguista revela a organização das unidades que o constituem e os princípios que orientam essa organização. Desse modo,

O estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema. (COSTA, 2011, p. 114)

Conforme Costa (2011), o Estruturalismo compreende que a língua é forma (estrutura), e não substância (a matéria por meio da qual ela se manifesta). Ele salienta a importância de Saussure no que diz respeito à organização estrutural da linguagem e ao desenvolvimento da linguística estrutural como um dos acontecimentos mais significativos do pensamento científico do século XX, de modo que não seria possível compreender os progressos das ciências humanas sem que antes se compreendesse a elaboração do conceito de estrutura que se desenvolveu a partir das investigações a respeito da linguagem.

1.2 O Funcionalismo em linguística

A caracterização do Funcionalismo nesta seção é importante para este trabalho, visto que nos propusemos a uma investigação que, nos moldes funcionalistas de estudos linguísticos, considera a língua em seu contexto de uso e cujos fins são principalmente o estabelecimento de uma comunicação.

Conforme Pezatti (2004), apesar de o Funcionalismo ter se estabelecido a partir de uma desvalorização da corrente gerativa, que ocorreu nos anos de

1970 e desencadeou o surgimento de algumas tendências, a corrente funcionalista não teve início tão recentemente, posto que a história do pensamento funcionalista da linguagem é tão longa quanto a teoria formal.

Trabalhos importantes desenvolvidos antes da década de 70 do século XX continham uma visão funcionalista, de modo que, de acordo com DeLancey (2001), o Funcionalismo moderno é um retorno à abordagem linguística de estudiosos como Whitney (1897 *apud* DeLancey 2001), von der Gabelentz (1891 *apud* DeLancey 2001) e Paul (1886 *apud* DeLancey 2001), cujos trabalhos do final do século XIX são anteriores a Saussure e possuíam enfoque sincrônico e diacrônico, entendendo que a estrutura linguística deveria ser explicada em termos imperativos funcionais, cognitivos e psicológicos.

Neves (1994), ao elaborar um panorama geral sobre o Funcionalismo, esclarece que o estudo global dessa teoria é muito difícil, pois à maioria das abordagens intituladas “funcionalistas” não se pode atribuir o que a autora chamou de “rótulo teórico”, de maneira que se atribui a várias delas apenas o nome do estudioso que a desenvolveu. Apesar disso, a autora (NEVES, 2002) salienta que há entre as diferentes proposições funcionalistas um denominador comum que permite a caracterização básica de uma teoria funcionalista da linguagem. Em concordância com o descrito em Neves (1994), Pezatti (2004, p. 166 e 167) lista cronologicamente os nomes e os trabalhos em cuja teoria podemos localizar uma visão funcionalista:

O ponto de vista funcional pode ser encontrado também na Escola de Lingüística de Praga, a partir de seu início nos anos vinte até os dias atuais. Um dos expoentes desse período e um funcionalista verdadeiramente pioneiro é Roman Jakobson, que estendeu a noção de função da linguagem, restrita apenas à referencial na teoria estruturalista, a outras funções que levam em conta os participantes da interação como a emotiva, a conativa e a fática, e outros fatores da comunicação, como a mensagem (função poética) e o próprio código (função metalingüística).

Encontra-se também a visão funcionalista na tradição antropológica americana com o trabalho de Sapir (1921, 1949) e seus seguidores; na teoria tagmêmica de Pike (Pike, 1967); no trabalho etnograficamente orientado de Hymes (que introduziu a noção de “competência comunicativa”, Hymes (1972)); na tradição de Firth (1957) e Halliday (1970, 1973, 1985); e em um sentido diferente também na tradição filosófica que, a partir do trabalho de Austin (1962) e por meio de Searle

(1969), conduziu a teoria dos Atos de Fala. (PEZATTI, 2004, p. 166-167)

Apesar de se identificarem diferenças entre as abordagens funcionalistas da língua, Neves (1994) salienta que qualquer estudo desenvolvido sob o ponto de vista funcionalista se interessa pela verificação de como a comunicação é obtida em determinada língua natural; interessa-se, ainda, em verificar como os usuários da língua se comunicam eficientemente.

Desse modo, conforme a autora (NEVES, 1994), todo estudo de uma língua natural que seja fundamentado em uma teoria funcionalista examina a competência comunicativa, considerando, para isso, as expressões das estruturas linguísticas como configurações de suas funções.

A partir desse posicionamento, Neves (2002, p.2) esclarece que as estruturas das expressões linguísticas devem ser consideradas configurações de suas funções, “sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração”, de modo que nos estudos funcionalistas é essencial tanto a noção da linguagem como um instrumento de comunicação quanto um tratamento funcional da própria organização interna da linguagem. Ao caracterizar o Funcionalismo, Neves (2002) organiza as proposições de alguns estudiosos funcionalistas, de forma a apresentar o fio condutor que identifica um estudo como funcionalista.

Dessa forma, para Givón (1995, *apud* Neves, 2002, p.3), sob a ótica funcionalista, a língua e a gramática não podem ser descritas como sistemas autônomos, pois a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros, tais como: cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, aquisição e evolução. Nichols (1984, *apud* Neves, 2002, p.3) salienta que a análise da estrutura gramatical no Funcionalismo inclui a situação comunicativa. Conforme Nichols (1984, *apud* Neves, 2002), a gramática funcional concebe a linguagem tanto como funcional, pois não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, quanto como dinâmica, ao reconhecer, a partir da instabilidade entre estrutura e função, a força dinâmica por trás do constante desenvolvimento da linguagem. Por último, para Beaugrande (1993, *apud*

Neves, 2002, p.3), o principal objetivo da gramática funcional é, no contexto global do discurso, “fazer correlações ricas entre forma e significado”.

A respeito da abordagem funcionalista da linguagem, é importante compreender que: “(a) a forma linguística deriva-se de seu uso no processo real de comunicação; (b) a estrutura gramatical é dependente das regularidades das situações de fala, constituindo, então, objeto probabilístico” (PEZATTI, 2004, p.174):

(1) a explicação da estrutura gramatical depende da comunicação; (2) o pesquisador faz a análise linguística no e não do discurso; (3) o enfoque funcional realiza um trabalho indutivo, do particular para o geral, sendo que a recorrência de formas regulares é que permite fazer generalizações e não critérios de natureza formal; (4) explicam-se os fatos linguísticos através de fatores não-lingüísticos, entendidos como as exigências do processo de comunicação, que, por sua vez, produzem os parâmetros funcionais para a análise, identificados nos conceitos de figura/fundo, cadeia tópica, transitividade, fluxo de informação. (PEZATTI, 2004, p.174)

Neves (1997) esclarece que se pode atribuir ao Funcionalismo três vertentes diferentes: um Funcionalismo conservador, um moderado e um extremado. O Funcionalismo conservador apenas aponta a inadequação do Formalismo (ou Estruturalismo), sem propor análise da estrutura; o Funcionalismo moderado, além de apontar essa inadequação, ainda propõe uma análise funcionalista da estrutura; o Funcionalismo extremado nega a realidade da estrutura como estrutura, considerando que as regras se baseiam internamente na função, de modo que não há restrições sintáticas.

Embora apresentem diferenças entre si, todas essas vertentes possuem estudos que contribuem muito para a compreensão do funcionamento da língua, tanto que se pode atribuir a cada uma delas significativos nomes da pesquisa em linguística. Neves (1997) liga ao Funcionalismo extremado autores como Thompson, Hopper e Givón, ao Funcionalismo conservador, Van Valin e Kuno, ao Funcionalismo moderado, Dik e Halliday.

Esta pesquisa se desenvolveu a partir da vertente moderada do Funcionalismo, a qual admite a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura linguística; admite, também, que a noção de estrutura é central para a compreensão das línguas naturais e propõe uma consideração

de estrutura linguística diferente da proposta pelos formalistas (NEVES, 1997), motivo pelo qual não haverá aprofundamento em teorias cujo estudo da língua seja funcionalista conservador ou extremado.

1.3 A corrente formalista *versus* a corrente funcionalista da linguagem

O *Formalismo*, que se aproxima de Gerativismo, e o *Funcionalismo* representam as duas grandes correntes do pensamento linguístico. O Formalismo define a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura é examinada independentemente do uso, ou, ainda, como um conjunto de orações que devem ser descritas independentemente do contexto de uso. Para essa corrente, a sintaxe é autônoma em relação à semântica e à pragmática.

O paradigma funcionalista se caracteriza, de modo geral, pela abordagem da língua como instrumento de interação social, cuja função primária seria a comunicação. O estudo da língua sob a ótica funcionalista deve ocorrer a partir de usos linguísticos reais, e sua descrição deve manter contato com o contexto em que ocorreram, de modo que a língua não pode ser considerada um objeto autônomo, mas dinâmico devido a sua maleabilidade no que diz respeito à estrutura, à função e ao atendimento das necessidades de determinadas situação comunicativas.

O quadro a seguir, proposto por Dik (1987 apud NEVES 1997) e adaptado por Neves (1997), apresenta um comparativo entre Formalismo e Funcionalismo e os desencontros teóricos das duas correntes:

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão dos pensamentos.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas com base em <i>input</i> restrito e não-estruturado em dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas; contextuais.

Quadro 1. Paradigma formal versus paradigma funcional.
Quadro proposto por Dik (1987, p.5) adaptado por Neves (1997, p. 46-47)

Conforme Castilho (2010), a sintaxe, a fonologia e a morfologia compõem a gramática, a qual, juntamente com o léxico, o discurso e a

semântica, integra os quatro sistemas linguísticos das línguas naturais, de maneira que o Funcionalismo e o Formalismo se diferenciam apenas na estratégia de abordagem do fenômeno linguístico e no papel conferido a esses sistemas. Em relação às semelhanças entre as duas teorias, o autor acrescenta que ambas reconhecem as categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, apesar de mudarem a ênfase no enfoque.

De acordo com Castilho (2010), enquanto a sintaxe funcional contextualiza a língua na situação de interação a que as estruturas se correlacionam, atentando para a forma como ela representa as categorias sociais e cognitivas em sua estrutura gramatical, a sintaxe formal contextualiza a língua nela mesma, nas propriedades internas e nas relações que podem se estabelecer entre os elementos e seus significados.

Desse modo, a sintaxe formal concentra-se sobre as estruturas cristalizadas da língua, não atentando para a criação das estruturas em uma dada situação social, e a sintaxe funcional tem como ponto de partida o discurso e a semântica, considerados componentes centrais de uma língua e ponto de chegada à gramática.

Neves (1997) explica que, no Funcionalismo, a função das formas linguísticas parece desempenhar um papel predominante, enquanto no Formalismo parece primordial a análise da forma linguística. Ao contrapor as duas teorias, a autora diferencia Formalismo e Funcionalismo caracterizando suas gramáticas, de forma que, para a gramática formal, podemos atribuir características tais como: a interpretação da língua como uma lista de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares, a tendência a enfatizar os traços universais da língua, a tomar a sintaxe como base da língua e a tendência em organizar a sintaxe em torno da frase. Em contrapartida, para a gramática funcional, a autora atribui as seguintes características: interpretação da língua como uma rede de relações, na qual as estruturas são a realização das relações, tendência a enfatizar variações entre línguas diferentes, a tomar a semântica como base e tendência em utilizar a semântica em torno do texto ou do discurso.

O quadro a seguir, proposto por Halliday (1985 apud NEVES, 1997) e adaptado por Neves (1997), apresenta um comparativo entre as duas correntes:

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação primariamente sintagmática.	Orientação primariamente paradigmática.
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

Quadro 2. Gramática formal versus gramática funcional.
Quadro proposto por Halliday (1985) adaptado por Neves (1997, p. 48).

Martelotta e Areas (2003) explicam que, diferentemente do Formalismo, o Funcionalismo concebe a língua como um instrumento de comunicação, que não pode ser analisado como um objeto autônomo, cuja estrutura é maleável e está sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, as quais ajudam a determinar sua estrutura comunicativa.

Conforme Oliveira (2004, p.225), essa dicotomia, apesar de já estabelecida, parece ter se iniciado na década de 70 do século XX, nos Estados Unidos, quando houve uma ruptura, mais política do que epistemológica entre a semântica interpretativa e a semântica gerativa, de modo que os linguistas “se viram forçados a escolher entre a sintaxe gerativa (a sintaxe gera formas interpretáveis) ou a semântica gerativa (a semântica engendra as formas sintáticas)”.

A autora também salienta que os historiadores da linguística são consensuais ao afirmar que a síntese do desacordo está na questão da autonomia da sintaxe, a qual, para os formalistas, é um módulo independente, anterior e mais central que a semântica e, para os funcionalistas, é o resultado dos usos e das funções a que a língua serve, de maneira que a sintaxe só existe porque há semântica/pragmática.

No que tange à autonomia da sintaxe, Oliveira (2004) esclarece que, apesar de uma vertente radical do Funcionalismo negar essa possibilidade e de defender a existência apenas de gramáticas emergenciais, há teóricos funcionalistas, como Hopper, que afirmam haver uma relativa autonomia da sintaxe. No entanto essa hipótese da autonomia não significa assumir a tese gerativista.

Oliveira (2004) esclarece, ainda, que no Gerativismo o objeto de estudos é a língua-I, (individual, interno e intencional), separada da língua-E, (externo e extensional). Nesse sentido, a língua-I tem prioridade lógica sobre a língua-E. No Funcionalismo, pode-se até admitir uma língua interna, individual, mas como produto da interação social, construída de fora para dentro, em oposição à língua-I, admitida pelo Formalismo e que se constrói de dentro para fora.

Por último, Oliveira (2004) acrescenta que, sob a perspectiva do senso comum, o Funcionalismo é indutivo (a partir de dados e de manifestações efetivas produzidas por falantes reais, elaboram-se generalizações que os explicam) e o Gerativismo é dedutivo (o pesquisador elabora regras a partir de sua intuição de falante). Entretanto, para ela, o Formalismo deve ser classificado como abduutivo, ou seja, as regras são elaboradas a partir da intuição do falante sobre um caso determinado, que deve ser comparado a outros casos.

Conforme Neves (1997), todo estudo sob a ótica *funcionalista* tem como característica a integração de componentes, ao passo que qualquer abordagem típica formalista é modular, esquematizada por níveis ou componentes que foram definidos pela forma. Essa dualidade é importante para justificar a nossa opção pela abordagem funcionalista em nossa pesquisa.

Por outro lado, pensar na funcionalidade da língua no momento em que se constroem enunciados pode nos fazer pensar que não seja possível efetuar uma análise dos elementos linguísticos em fases recuadas da língua (pela incerteza das reais intenções do autor). Entretanto, mesmo nessas fases é válido afirmar que as marcas formais empregadas em determinados contextos podem, de fato, assumir valores semânticos diversos daqueles preconizados pela GT, assim como ocorre em textos contemporâneos. Não se trata, portanto, de dados encontrados apenas nos textos produzidos atualmente. É o que pretendemos evidenciar na sequência.

CAPÍTULO II. A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES

Neste capítulo, apresentamos um panorama da conexão de orações nas GTs e a forma como é descrita a questão da construção condicional. Em seguida, caracterizamos a articulação de orações sob a ótica funcionalista, para a qual utilizamos, sobretudo, o trabalho de Halliday (2004). Por último, apresentamos a relação condicional e a condição obtida por meio do emprego da conjunção *quando* a partir de estudos funcionalistas.

2.1 Gramática tradicional: coordenação e subordinação

A articulação entre as cláusulas¹ pode ser descrita sob vários pontos de vista em um estudo linguístico. Para esta pesquisa, efetuamos um levantamento teórico a respeito de como a gramática tradicional (doravante GT) e o Funcionalismo tratam os processos de conexão de orações.

O estudo da articulação de orações no âmbito tradicional ocorre a partir da sintaxe. Considerada essencial para a análise da língua nas GTs, a sintaxe estuda a estrutura do período e as regras que regem o relacionamento entre as palavras e os termos da oração; estuda, também, o encontro das orações na formação do denominado período composto. Assim, de maneira geral, uma oração se caracteriza pela presença de um verbo, de modo que o período pode ser classificado como simples, caso se componha de apenas uma oração, ou composto, se for formado por duas ou mais orações.

A partir da definição de oração e de período, os gramáticos tradicionais concordam que no período composto a vinculação das orações pode ocorrer de duas maneiras: por *coordenação* – orações sintaticamente independentes – ou por *subordinação* – orações sintaticamente dependentes.

A fim de observar como os processos de vinculação de orações são descritos nas GTs, efetuamos um levantamento teórico acerca dessa questão, utilizando os trabalhos de Rocha Lima (1972), de Cunha e Cintra (1985), de Faraco e Moura (2003) e de Bechara (2009).

¹ Ao longo deste trabalho, utilizamos, intercambiavelmente, os termos *cláusula* e *oração* (subordinada e principal).

Rocha Lima (1972), Cunha e Cintra (1985) e Faraco e Moura (2003) concordam ao desenvolver o trabalho de sintaxe a partir da conceitualização de frase como “a expressão verbal de um pensamento” (ROCHA LIMA, 1972, p.203), “um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação” (CUNHA E CINTRA, 1985, p.116) e “unidade mínima de comunicação linguística” (FARACO E MOURA, 2003, p. 429). Desse modo, eles definem *oração* e *período* a partir da definição anterior de frase. Assim, para Rocha Lima (1972), *oração* é a frase ou o membro de frase que se biparte entre *sujeito* e *predicado* e *período* é a frase formada por duas ou mais orações; para Cunha e Cintra (1985), a frase pode conter uma ou mais orações e a quantidade de orações nela contida pode ser verificada pelo número de verbos existentes, de forma que a frase com apenas uma oração é denominada *período simples*, enquanto o *período composto* é constituído de duas ou mais orações; para Faraco e Moura (2003), a oração é a frase, ou parte da frase, que se organiza em torno de um verbo, ou de uma locução verbal, sendo *período* a frase que se constitui de uma (*período simples*) ou mais orações (*período composto*).

Diferentemente dos autores citados anteriormente, Bechara (2009) define, primeiramente, *enunciado* como toda a manifestação da linguagem que tem como objetivo a comunicação e, em seguida, *oração*, diferenciando-a do conceito de *frase*, como um tipo de enunciado que, por sua estrutura, é considerado o objeto mais propício para a análise gramatical.

Definidos e conceituados os objetos *frase*, *oração* e *período*, os autores discorrem, então, a respeito das formas de vinculação entre as orações na formação do período.

Rocha Lima (1972) apresenta *coordenação* e *subordinação* como a forma de disposição e de relacionamento entre as orações no período. Embasado em critérios sintáticos, o autor (ROCHA LIMA, 1972) explica que as orações coordenadas são gramaticalmente independentes, mas, já no nível semântico, defende que orações vinculadas por meio de uma coordenação, quando separadas, podem não comunicar aquilo que pretendiam, tornando a declaração incompleta, visto que, para atingir o objetivo comunicativo, as duas orações devem formar um conjunto, sem que, contudo, elas deixem de existir cada uma por si só. Novamente sob o ponto de vista sintático, Rocha Lima

(1972) define orações *subordinadas* como o período composto no qual a articulação ocorre entre uma oração principal e uma dependente (presa à primeira). Conforme o autor (ROCHA LIMA, 1972), as subordinadas representam desdobramentos dos termos da oração principal, de modo que exercem função de substantivo, de adjetivo ou de advérbio no período.

Ao tratarem da *coordenação* de orações, Cunha e Cintra (1985) embasam-se em critérios semânticos, ao afirmarem que o período composto por *coordenadas* apresenta orações de mesma *natureza*, autônomas e independentes, no sentido de que cada uma tem sentido próprio, e em critérios sintáticos, ao definirem que elas não funcionam como, nem se referem a *termos* de outra oração. Para os autores orações, nessas circunstâncias vinculadas, podem apenas uma “enriquecer com seu sentido a *totalidade* da outra” (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 578). Para definir *subordinação*, os gramáticos em questão utilizam critérios sintáticos e apenas caracterizam orações subordinadas como sem autonomia gramatical, posto que elas funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de uma oração principal, a qual é assim denominada por apresentar a declaração principal do período e não desempenhar função sintática alguma em outra oração.

Na gramática de Faraco e Moura (2003, p.468) também prevalece o critério sintático para definir *coordenação* e *subordinação*. Conforme os autores, na *coordenação* as orações são sintaticamente independentes, ou seja, uma não exerce função sintática na outra, de modo que “cada oração vale por si”, embora, semanticamente, “a expressão completa do pensamento do autor dependa da coordenação das duas orações”. No que tange à *subordinação*, os autores descrevem que duas orações (**a** e **b**), ao formarem um período composto por *subordinação*, estabelecem a seguinte relação: **a** não exerce função sintática em relação a **b**, sendo, portanto independente de **b** e por isso denominada **principal**; **b** exerce uma função sintática em **a** e por esse motivo é uma **oração subordinada**.

Bechara (2009, p.462) utiliza os termos *subordinação* e *hipotaxe* como sinônimos e define-os como fenômenos de estruturação das camadas gramaticais, por meio das quais uma determinada unidade sintaticamente independente, com sentido completo – como “*a noite chegou*” – pode passar a uma camada “inferior” e, nesse caso, funcionar como “pertença” ou membro

sintático de outra unidade – como em “o caçador percebeu que a noite chegou”. A exemplo dos autores anteriormente consultados, Bechara (2009) define como **principal** a oração sintaticamente completada e como **subordinada** a oração que completa sintaticamente um termo da **principal**. Por *coordenação*, Bechara (2009) concebe a vinculação de orações sintaticamente independentes e atribui a relação semântica estabelecida entre essas cláusulas ao conector utilizado pelo produtor do texto ao anexar conteúdos. Em um nível pragmático de análise, o autor (BECHARA, 2009, p. 476) acrescenta que, entre orações coordenadas, pode surgir uma interpretação para a relação entre as cláusulas, interpretação que é diferente da relação estabelecida pela conector. Um exemplo disso são duas orações coordenadas, vinculadas pelo conector e aditivo, mas que apresentam entre si uma relação de finalidade, como em “Mario lê muitos livros e aumenta a sua cultura”). Mesmo assim, segundo o autor, essas orações continuam sintaticamente independentes, e essa interpretação adicional não resulta do emprego do e, cuja função é apenas adicionar um conteúdo a outro.

No que diz respeito à justaposição de orações, somente Bechara (2009) reserva um estudo à parte para esse tipo de organização de orações.

De maneira geral, é evidente que as gramáticas estudadas se valem primeiramente do critério sintático ao diferenciar o processo de coordenação do processo de subordinação, atribuindo a noção de independência à coordenação e de dependência à subordinação.

A caracterização da vinculação de cláusulas pela GT nos permite constatar que, para os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, não seria possível o pleno desenvolvimento de nossa investigação se mantivéssemos a investigação sob a ótica tradicional.

2.2 A construção condicional pela GT

A oração que estabelece relação de condição com a *principal* é denominada pela GT de *oração subordinada adverbial condicional*. Conforme Bechara (2009), as orações adverbiais podem ser divididas em dois grupos: o primeiro composto por construções oracionais definidas pelo autor como *subordinadas adverbiais “propriamente ditas”*, pois exercem função própria de

um advérbio ou de uma locução adverbial, e o segundo grupo composto pelas nomeadas orações subordinadas *comparativas* e *consecutivas*. O primeiro grupo de construções adverbiais ao qual se refere o autor abrange as orações das seguintes nomenclaturas: *oração subordinada adverbial de tempo, de lugar, de modo* (que podem ser substituídas por advérbio) de *causa, de concessão, de condição* e de *finalidade* – as quais podem ser substituídas por “locuções adverbiais formadas por substantivo e grupos nominais equivalentes introduzidos pelas respectivas preposições” (BECHARA, 2009, p.471). Para Bechara (2009), os advérbios podem ser definidos como adjuntos ou determinantes circunstanciais que não são argumentos do núcleo verbal. O autor afirma ainda que, na composição oracional, as orações adverbiais estabelecidas como pertencentes ao primeiro grupo, entre elas a oração condicional, exercem a mesma função que pode exercer um advérbio no período simples. O mesmo não ocorre com as orações subordinadas comparativas e com as subordinadas consecutivas, as quais, na proposição de Bechara (2009), compõem um segundo grupo.

Cunha (1982) introduz o tema de combinação de orações por meio de uma definição e de uma abordagem das conjunções, as quais, conforme o autor, são vocábulos gramaticais cuja função é relacionar duas orações ou dois termos semelhantes de uma mesma oração. O autor denomina as conjunções de *coordenativas* – quando relacionam termos ou orações de “idêntica função gramatical” – e de *subordinativas* – quando ligam duas orações dentre as quais uma completa ou determina o sentido da outra.

Sobre as *conjunções subordinativas*, Cunha (1982) esclarece que elas podem ser classificadas como *causais, concessivas, condicionais, conformativas, finais, proporcionais, temporais, comparativas, consecutivas* e *integrantes*. Em relação às conjunções condicionais, que interessam prioritariamente a este trabalho, o autor define que elas “iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária para que seja realizado ou não um fato principal” (CUNHA, 1982 p.540), e lista como pertencentes ao grupo das condicionais as seguintes conjunções: *se, caso, quando, contanto que, salvo que, sem que, dado que, desde que, a menos que, a não ser que, entre outras*.

Ao tratar especificamente da classificação de orações, Cunha (1982) demonstra que as conjunções subordinativas, juntamente com as locuções conjuntivas, vinculam *orações subordinadas adverbiais*, as quais funcionam como adjunto adverbial de outra oração e podem ser classificadas de acordo com a conjunção ou locução conjuntiva que as introduzem, da mesma forma com que foram classificadas anteriormente as conjunções subordinativas.

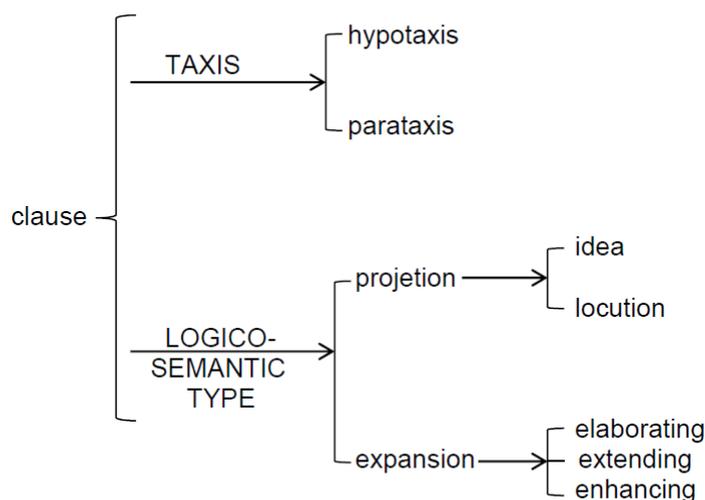
2.3 A articulação de orações sob a perspectiva funcionalista

A gramática funcional tem como objeto de estudo a língua em funcionamento, em uso, pois são as situações de uso que conferem forma ao sistema ao longo do tempo. Para Neves (2002), optar por uma gramática funcionalista significa optar por uma integração dos componentes de um enunciado. A GT explica a articulação de orações a partir da dicotomia coordenação e subordinação, cuja tendência inevitável é associar coordenação a independência e subordinação a dependência sintática entre as orações. Entretanto a análise de enunciados efetivos, apresentados por Neves (2002), demonstra que os tipos de vinculação entre orações vão desde a justaposição (orações relativamente independentes) até construções extremamente complexas. A esse respeito, Garcia (1967) alerta para o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) ter ignorado processos sintáticos como a justaposição e a correlação, de modo que a justaposição é apresentada como variante da coordenação, apesar de abranger coordenação e subordinação, e a correlação é considerada ora um processo autônomo, ora uma variante do processo de subordinação.

Para a realização desta pesquisa, fundamentamos o trabalho na teoria desenvolvida por estudiosos funcionalistas acerca dos fenômenos e dos mecanismos que envolvem os processos de articulação de orações e que foi difundida por Halliday (2004). Como um de nossos objetivos foi ampliar o conhecimento acerca das formas de estabelecimento de uma relação de condicionalidade entre orações, optamos pela vinculação de cláusulas sob uma perspectiva funcionalista a partir das proposições de Halliday (2004), visto que esse linguista, além de pesquisar a língua em uma dada situação comunicativa,

também possui certa racionalidade ao descrever os processos e sistemas de articulação de orações de maneira mais ampla que a GT.

Halliday (2004), ao analisar as relações estabelecidas e os níveis de integração estrutural entre as cláusulas, propõe dois eixos básicos para determinar como uma cláusula se relaciona à outra: no eixo sintático, o sistema *tático* (grau de interdependência), e, no eixo semântico, a *relação lógico-semântica* entre as orações. Essa proposta é apresentada pelo autor a partir do seguinte quadro:



Quadro 3. Sistema de relação entre as cláusulas. Representação proposta por Halliday (2004, p.438).²

Pela proposta de Halliday (2004), as relações estabelecidas entre as cláusulas no complexo oracional podem ser estudadas a partir da caracterização de dois sistemas: *taxis* (**tático**) e *logico-semantic* (**lógico-semântico**).

De acordo com a teoria apresentada pelo autor (HALLIDAY, 2004), todas as orações interligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes e o status estabelecido entre elas pode ser de igualdade (quando as cláusulas relacionadas tem o mesmo *status*) ou de desigualdade

² As palavras que compõem o **Quadro 3** aceitam, sem prejuízo de sentido, a seguinte adaptação para o português: cláusula para *clause*; eixo ou sistema tático para *taxis*; hipotaxe para *hypotaxis*; parataxe para *parataxis*; eixo ou sistema lógico-semântico para *logico-semantic type*; projeção para *projektion*; ideia para *idea*; locução para *locution*; expansão para *expansion*; elaboração para *elaborating*; extensão para *extending*; realce para *enhancing*.

(quando uma das orações exerce papel “principal” na sequência), como ocorre nos seguintes exemplos (HALLIDAY, 2004, p. 438 e 440):

- I. Kukul crouched low to the ground // and moved slowly.
- II. As he came to a thicket, // he heard the faint rustling of leaves.

Nos exemplos destacados anteriormente, temos, em ambos os casos, relação de interdependência lógico-semântica entre as cláusulas, porém em I o status entre as duas é de igualdade, não há cláusula dependente de outra, e em II o status é de desigualdade, dado que a oração */he heard the faint rustling of leaves/* é considerada “principal” no complexo, enquanto a oração */As he came to a thicket/* está relacionada a ela como um qualificador e, desse modo, dependente da oração qualificada, relação que não ocorre em I.

Conforme Halliday (2004), o grau de interdependência entre as cláusulas é denominado de *taxis*, a partir do qual se estabelecem dois diferentes graus de interdependência: *hipotaxis* (doravante **hipotaxe** - elementos de diferente estatuto) e *parataxis* (doravante **parataxe** - elementos de igual estatuto). A **hipotaxe** é definida como a relação entre um elemento dependente e o seu dominante e compreende as orações relativas não restritivas. Em contrapartida, a **parataxe** é a relação entre dois elementos de igual estatuto, um inicia e o outro continua, e abrange as orações coordenadas e as apositivas. O autor (HALLIDAY, 2004) explica que o sistema tático caracteriza a relação entre duas cláusulas no interior de um complexo, de modo que a distinção entre parataxe e hipotaxe é uma poderosa estratégia de análise gramatical, que pode orientar sobre o desenvolvimento retórico do texto, tornando possível atribuir diferentes estatutos aos elementos em uma sequência.

No que concerne às relações lógico-semânticas, Halliday (2004) expõe que há uma grande gama de relações desse tipo, mas que é possível agrupá-las em um pequeno número de tipos gerais, baseando-se em dois tipos fundamentais de relações: *expansion* (**expansão**) e *projection* (**projeção**). No primeiro caso, uma oração secundária expande a principal mediante um processo de **elaboração** (*elaborating*), de **extensão** (*extending*) ou de **realce** (*enhancing*). Em relação ao fenômeno de **projeção**, uma cláusula secundária é

projetada por meio da cláusula principal, instaurando uma **locução** (*locution*) ou uma **ideia** (*idea*).

Na explicação do pesquisador funcionalista (HALLIDAY, 2004), a **expansão** relaciona fenômenos da mesma ordem de experiência, ao passo que a **projeção** relaciona fenômenos de uma ordem de experiência (os processos de dizer e de pensar) a fenômenos de ordem superior (fenômenos semióticos – o que as pessoa dizem e pensam). Assim temos,

(1) relação lógico-semântica de expansão:

- (a) **elaboração**: uma cláusula secundária expande outra, elaborando-a completamente (ou uma parte dela), reafirmando-a em outras palavras, especificando-a com mais detalhes, comentando ou exemplificando;
- (b) **extensão**: uma cláusula secundária expande outra, acrescentando um novo elemento, dando uma exceção a ele ou oferecendo uma alternativa;
- (c) **realce**: uma cláusula secundária expande outra, qualificando-a com características circunstanciais de tempo, de lugar, de causa ou de condição.

(2) relação lógico-semântica de projeção:

- (a) **locução (diz)**: uma cláusula primária é projetada por meio de uma secundária, que apresenta uma locução, uma construção do texto;
- (b) **ideia (pensa)**: uma cláusula primária é projetada por meio de uma secundária, que apresenta uma ideia, uma construção de sentido.

Os sistemas **tático** e **lógico-semântico** se entrecruzam, formando, conforme Halliday (2004), um conjunto básico de articulação de orações, de modo que todas as interseções entre os dois sistemas são sistematicamente possíveis, como se pode observar pelo quadro a seguir:

		(i) Paratactic	(ii) Hypotactic
(1) expansion	(a) elaboration	1 John didn't wait; =2 he ran away. "apposition"	α John ran away, = β which surprised everyone. 'non-defining relative'
		(701 occurrences [52.5%])	(633 occurrences [47.5%])
	(b) extension	1 John ran away, +2 and Fred stayed behind. "coordination"	α John ran away, + β whereas Fred stayed behind.
		(1,368 occurrences [94.2%])	(84 occurrences [5.8%])
	(c) enhancement	1 John was scared, \times 2 so he ran away.	α John ran away, \times β he was scared. "adverbial clause"
		(855 occurrences [32.3%])	(1,799 occurrences [67.8%])
(2) projection	(a) locution	1 John said: "2 'I'm running away'" "direct speech"	α John said " β he was running away." "indirect speech"
		(368 occurrences [46.2%])	(429 occurrences [53.8%])
	(b) idea	1 John thought to himself: '2 'I'll run away'	α John thought ' β he would run away.'
		(15 occurrences [2.5%])	(580 occurrences [97.5%])

Quadro 4. Tipos básicos de cláusulas complexas (HALLIDAY, 2004, p. 447).

Em uma terceira instância, Halliday (2004) distingue as relações **táticas** (parataxe e hipotaxe) e *embedding* ou **encaixamento**. Conforme o autor, enquanto parataxe e hipotaxe marcam tipos de relações entre cláusulas (ou outros elementos), encaixamento é um mecanismo por meio do qual uma cláusula é constituinte de uma estrutura, funcionando como componente de uma cláusula, assim não há relação direta entre a cláusula incorporada e aquela na qual está inserida. As orações completivas e as relativas restritivas são, portanto, o que Halliday (2004) define como encaixadas.

Halliday (2004) chama atenção para o fato de que o termo *subordinação* é empregado, sobretudo nas GTs, para se referir tanto a *hipotaxe* quanto a *encaixamento*, sem que seja feita a distinção fundamental entre os dois casos, e deixa claro que *parataxe* não diz respeito apenas à *coordenação* de orações, mas inclui a *aposição*.

Esse esclarecimento a respeito da perspectiva teórica funcionalista de composição de períodos, sob a qual desenvolvemos nossas análises neste trabalho, foi de fundamental importância para que pudéssemos compreender o funcionamento das estruturas eleitas como *corpora* da pesquisa..

2.4 A construção condicional pelo Funcionalismo

Prototipicamente, define-se que uma combinação de orações em que haja relação de condicionalidade possui sentenças iniciadas pela conjunção *se*, as quais, conforme Neves (2011), podem apresentar os seguintes modelos de construção:

SE	ORAÇÃO CONDICIONAL	ORAÇÃO PRINCIPAL
ORAÇÃO PRINCIPAL	SE	ORAÇÃO CONDICIONAL

Ainda no que diz respeito à introdução de relação de condição entre a combinação de orações, a autora (NEVES, 2011) apresenta também outras duas conjunções condicionais – *caso* e *que* – uma lista de locuções conjuntivas – *desde que*, *contanto que*, *uma vez que*, *a menos que*, *sem que*, *a não ser que* – e duas expressões conjuntivas – *salvo se* e *exceto se*.

A autora (2011) esclarece que a condicionalidade pode ainda ser obtida a partir de construções temporais e de determinados tempos verbais e, nesses casos, a noção de condicionalidade pode mesclar-se à noção expressa pelo conectivo em questão.

Neves (2011, p. 832) lembra que “a oração que exprime a condição (tradicionalmente, a **subordinada**) é chamada **prótase** e a que exprime o que é condicionado (**nuclear**, ou **principal**) é chamada **apódose**”, e explica que o termo **período hipotético**, utilizado nos estudos clássicos para designar as construções condicionais, justifica-se pelo fato de as orações com relação de condição estarem apoiadas em uma hipótese.

No que concerne às relações expressas pelas construções condicionais, Neves (2011) salienta que as orações condicionais antepostas geralmente apresentam uma parte do **conhecimento partilhado** entre o falante e o

No que diz respeito ao uso real das construções de condição, Neves (1999) ressalta que a realidade da língua é mais complexa do que a condicionalidade lógica expressa por **se p... então q**, de modo que não há uma exigência de que a relação condicional aconteça a partir de valores de verdade. Nesse sentido, Sweetser (1990 apud NEVES, 1999) aponta para a existência de três tipos de condicionais “irregulares”: condicionais *de conteúdo*, *epistêmicas* e *de atos de fala*. Para Neves (1999, p. 498), a diferença entre esses três tipos “irregulares” de condicionais está na “leitura dos enunciados segundo seu funcionamento nesses diferentes domínios de interpretação semântica”.

Conforme a autora (1999), nas condicionais cuja leitura é *de conteúdo*, é possível perceber mais concretamente uma relação causal, de forma que um estado de coisas torna capaz e motiva a realização de outro, como no exemplo:

... **se** na mulher se retira os ovários ... retirando portanto a fonte pro/ da/ eh:: / elaboradora de hormônio ... feminino ... o:: as glândulas mamárias ... elas se atrofiam... (NEVES, 1999, p. 498)

A partir do exemplo, ela explica que a condicionalidade *de conteúdo* está em compreender que a retirada dos ovários causa a atrofia das glândulas mamárias. Ao complementar a análise, a autora salienta que

[...] é muito difícil considerar que a interpretação de qualquer construção condicional se resolva na relação de condicionalidade (ou de causalidade) lógica, dependente dos valores de verdade das duas orações. A indicação de que a relação de condicionalidade/ causalidade mais concreta e direta existente entre os dois estados de coisas (refletidos nas duas predicções) de uma construção condicional pode ser avaliada como *de conteúdo* desvincula a interpretação dessas construções de uma relação puramente lógica. (NEVES, 1999, p. 499)

Conforme Neves (1999), em relação às construções condicionais do tipo *epistêmico*, que devem ser raciocinadas da mesma forma que as *de conteúdo*, elas se relacionam diferentemente do que ocorre com as anteriores, pois não são estados de coisas, mas proposições, de forma que, da relação entre prótase e apódose, emerge a ideia de que o conhecimento da verdade

expressa na oração hipotética é condição suficiente para que se possa concluir a verdade da proposição expressa pela oração principal, como podemos observar no exemplo a seguir:

se ele armazenou aquilo e devolve da mesma maneira como ele a recebeu, ele não fez nenhum trabalho, ele não manipula essa informação (NEVES, 1999, p.499)

Nesse caso, a interpretação semântica ocorre da seguinte forma: *se ele armazenou aquilo e devolve da mesma maneira como ele a recebeu*, conclui-se que *ele não fez nenhum trabalho, ele não manipula essa informação*.

Por último, Neves (1999) explica que o terceiro tipo de condicional, o qual é denominado de *condicionais de atos de fala*, cuja interpretação é lógico-semântica, pode encaminhar a discussão sobre a relação condicional entre as orações para o nível pragmático. Conforme a autora (NEVES, 1999), o conteúdo expresso na prótase influencia, possibilita ou causa na apódose a realização de um ato de fala, como se pode observar no exemplo adiante:

bem ... então :: ... a partir disto nós vamos poder entender ... qual o tipo de arte que se desenvolveu porque se eu quero criar ... uma réplica da realidade ... um DUplo do animal que eu quero caçar **qual é o único estilo que eu posso usar?** (NEVES, 1999, p. 500)

Neves (1999, p. 501) explica que construções, como as exemplificadas anteriormente, as quais podem ser classificadas como condicionais *de atos de fala*, podem ser parafraseadas como “se (prótase), então eu realizo este ato de fala (apódose)”.

Citando Neves (2011), afirmamos anteriormente que, no caso da prótase anteposta à oração condicional, esta frequentemente apresenta uma informação partilhada entre os interlocutores (*dado*). Cabe acrescentar que, nesse caso, a condicionante funciona como um apoio para referência, como um **tópico discursivo**, formando assim uma espécie de **moldura de referência**, a qual, em relação à oração principal, é factual ou apropriada. Como a condicional é um conteúdo *dado*, então essa topicalização constitui uma estratégia do produtor do discurso para alicerçar a porção seguinte desse discurso (NEVES, 1999). Desse modo, conforme Chafe (1976 apud NEVES,

1999, p.502), “o tópico determina uma estrutura espacial, temporal ou individual que limita a aplicabilidade da predicação principal a um domínio restrito”.

2.4.2 **O conector QUANDO e a relação condicional**

Apesar de definirem que os conectivos não são fundamentais para o estabelecimento das relações de sentido entre as orações, Hopper e Thompson (*apud* LIMA-HERNANDES, 2004) afirmam que a utilização dos conectores é motivada pelo desejo que o falante tem de ser claro e informativo em relação à interpretação das sentenças construídas. Dessa forma, os autores atribuem valor fundamental aos conectivos utilizados em determinada comunicação verbal.

Nesse sentido, relevantes trabalhos em linguística têm sido desenvolvidos acerca da interpretação condicional que é atribuída a orações temporais, como Antonio (2012), Hirata-Vale (2005), Neves (2011) entre outros. Hirata-Vale (2005) ressalta a produtividade desse tipo de construção com valor condicional em textos publicitários, como podemos observar no exemplo a seguir, retirado de uma propaganda veiculada no Brasil em 1969:

I. *Sempre cabe mais um **quando** se usa Rexona.*³

Hirata-Vale (2005) afirma que inúmeros trabalhos em diversas línguas comprovam a possibilidade de uma leitura condicional das orações tradicionalmente classificadas como subordinadas adverbiais temporais. Para Dancygier e Sweetser (2000 *apud* HIRATA-VALE, 2005), o *quando* e o *se* possuem funções similares visto que marcam o fundo em relação ao exposto na oração principal. Hirata-Vale (2005, p.118) descreve, em seu trabalho, diversos exemplos de enunciados nos quais, nas palavras da autora, o *quando* é *se*, como os que se seguem:

II. Não devemos, contudo, ter receio de inovar **quando** os nossos interesses e valores assim indicarem. (HIRATA-VALE, 2005, p.118)

³ Propaganda impressa veiculada no Brasil no ano de 1969. Disponível em <http://www.unilever.com.br/aboutus/historia_das_marcas/rexona/rexona_anuncioimpresso_1969.aspx>, último acesso em 8 de março de 2014.

- III. O grande problema é **quando** a história oficial é revista e também os fatos começam a nos faltar. (HIRATA-VALE, 2005, p.118)

A descrição apresentada por Hirata-Vale, para casos como II e III, confirma tratar-se da utilização de sentenças condicionais, a partir do conector *quando*, com função argumentativa. Para esses exemplos a interpretação de tais enunciados permite as seguintes leituras de II e III:

- IIa. Não devemos, contudo, ter receio de inovar **se** os nossos interesses e valores assim indicarem.
- IIIa. O grande problema é **se** a história oficial é revista e também os fatos começam a nos faltar.

Conforme a autora, com o *quando*, o falante compromete-se com a realidade do espaço descrito, fato que não ocorre ao utilizar o *se*. A autora ressalta, ainda, que há construções temporais ambíguas, sobre as quais não é possível definir esse grau de comprometimento do falante, posto que os contextos em que ocorrem são marcados pelo que a autora chama de não-definitude ou eventualidade.

Ela explica ainda que a diferença entre a relação condicional e a temporal no complexo oracional diz respeito ao grau de certeza ou de incerteza codificado pelas construções, de forma que as cláusulas condicionais marcariam a incerteza em relação ao conteúdo expresso na proposição e as temporais, por sua vez, marcariam a certeza. Sendo assim, é necessário que se descrevam os contextos de ocorrência das cláusulas formalmente temporais e que pragmaticamente são interpretadas como condicionais.

Neves (2011), ao tratar das orações condicionais, esclarece que a noção de condicionalidade pode mesclar-se a uma outra noção expressa por um determinado conectivo, como ocorre nas construções temporais. A respeito dessa questão, a autora (NEVES, 2011, p.797) expõe que a relação lógico-semântica de condição, que emerge a partir de uma construção tradicionalmente denominada temporal, ocorre devido ao valor neutro do conectivo *quando* e à “natureza do complexo temporal que se estabelece em

dependência do **tempo** e do **modo verbal** empregado em cada uma das **orações**".

Segundo Neves (2011), as construções temporais com o *quando*, cuja leitura é de uma relação condicional, envolvem **simultaneidade** e o traço **não-télico**, ou seja, o **aspecto imperfectivo**. Assim, esse tipo de condicional-temporal pode ter um sentido *condicional eventual* ou um sentido *condicional factual*.

Para orações com sentido *condicional eventual*, temos:

- na **oração principal** e na **temporal** ocorre o **presente** ou o **pretérito imperfeito**;
- o **estado de coisas** da **oração temporal** e o da **principal** são **simultâneos**;
- o **não-perfectivo** pode implicar **iteração** (**QUANDO** = "todas as vezes que");
- essa **habilidade** se dá dentro das condições estabelecidas na **oração adverbial** (condição preenchível). (NEVES, 2011, p. 798)

Em relação às *condicionais eventuais*, Neves (2011, p. 799) apresenta os seguintes exemplos:

- (i) Esta é a história de um soldado que **se sentia** em casa somente **QUANDO vadiava** pelas cidades.
- (ii) O verdadeiro bem-estar coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem **QUANDO** se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Para orações com sentido *condicional factual*, temos:

- na **oração principal** e na **temporal** ocorre o **presente** ou o **pretérito imperfeito**;
- a relação temporal entre os dois **estados de coisas** (simultaneidade) é ténue;
- tem relevância a **factualidade** contida na **oração adverbial** (condição preenchida);
- **fato** expresso na **oração temporal** pode ser entendido como **justificativa** para o que se afirma na **oração principal** (=já que, uma vez que). (NEVES, 2011, p.799)

Em relação às *condicionais factuais*, temos os seguintes exemplos apresentados por Neves (2011, p. 799):

- (i) Como **é possível** dizer tal coisa **QUANDO se sabe** universalmente que as drogas são depressivas, viciantes e causam distúrbios físicos e mentais?
- (ii) Não lhe **ficava bem** observar tanto os outros **QUANDO** ele próprio **bebia** limonada

A partir desses parâmetros, procedemos às análises das ocorrências encontradas nos *corpora* desta pesquisa.

CAPÍTULO III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos a partir dos quais desenvolvemos nossa pesquisa. Primeiramente, efetuamos a caracterização dos *corpora* utilizados para, em seguida, expormos breves considerações acerca do período arcaico da língua portuguesa. Por último, discorreremos acerca da metodologia utilizada ao longo da investigação dos *corpora*.

3.1 Caracterização dos *corpora*

Para o desenvolvimento da análise, foram selecionados os seguintes textos: *Chronica de El-Rei Dom Affonso II*, *Chronica de El-Rei Dom Sancho II*, *Chronica de El-Rei Dom Affonso III*, *Chronica de El-Rei Dom Diniz (volumes I e II)* e *Chronica de El-Rei Dom Affonso V (volumes I, II e III)*. Essas crônicas pertencem ao início século XVI da língua portuguesa e são de autoria de Rui de Pina, nomeado Cronista-Mor do Reino em 1497.

Conforme Moisés (2012), Rui de Pina foi o quarto Cronista-Mor do Reino e viveu entre 1440 e 1522. Atribui-se ao cronista a autoria de nove crônicas (*Sancho I*, *Afonso II*, *Sancho II*, *Afonso III*, *D. Dinis*, *Afonso IV*, *D. Duarte*, *Afonso V* e *D. João II*), porém apenas o final da *Chronica de El-Rei D. Duarte* e a *Chronica de El-Rei D. João II* são de sua autoria. Segundo Moisés (2012), as outras crônicas podem ser a refundição de obra de outro autor, inclusive de Fernão Lopes, o qual, conforme Saraiva e Lopes (s/d), é reconhecido como a maior personalidade da literatura portuguesa medieval e cronista pioneiro do Reino.

As crônicas que servem de *corpora* para esta pesquisa pertencem ao período do *Humanismo*, que teve início em 1418, com a nomeação de Fernão Lopes a Guarda-Mor da Torre do Tombo por meio de D. Duarte. Esse período literário termina em 1527, com início da campanha em favor da cultura clássica. Moisés (2012) explica que o *Humanismo* se caracterizou pela implantação de ideias humanísticas, pelo cultivo da historiografia, pela produção da prosa doutrinária, da poesia e da novela de cavalaria.

Saraiva e Lopes (s/d) salientam que a crônica de *D. Afonso V* está publicada na “*Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa*”, volume I de 1790, as de *D. Sancho II*, *D. Afonso II*, *D. Affonso III* e *D. Diniz* têm duas edições de Miguel Lopes Ferreira, em 1727 e 1729 (Lisboa), e uma edição da Livraria Civilização de 1945 (Porto), conforme a versão de um códice da Biblioteca Municipal do Porto.

As publicações utilizadas nesta pesquisa pertencem ao Projeto Gutenberg, cujo objetivo é digitalizar, arquivar e distribuir obras por meio da sua digitalização. Trata-se, portanto, de uma biblioteca digital de textos completos de livros em domínio público.

3.1.1 *Chronica de El-Rei Dom Affonso II*

D. Afonso II, conhecido como “O Gordo”, nasceu em Coimbra, em 23 de abril de 1185, e morreu em Alcobaça, em 21 de março de 1223. Foi rei de Portugal entre 1211 e 1223 e pertencente à Primeira Dinastia denominada Afonsina.

A crônica do rei D. Afonso II narra, desse que foi o terceiro rei de Portugal, em um volume dividido em oito capítulos, a história a partir dos seus 25 anos, quando assumiu o trono de Portugal, após a morte de seu pai, o rei D. Sancho. Quando se tornou rei, o primogênito já era casado com Dona Orraca, quarta filha do rei D. Afonso VIII de Castela. D. Afonso II e Dona Orraca tiveram quatro filhos: D. Sancho II (que foi sucessor do pai no reino português), D. Afonso (Conde de Bolonha, após a morte de seu irmão D. Sancho II, que não tinha herdeiro legítimo, também se tornou rei de Portugal), D. Fernando e Dona Lianor.

Após a apresentação dessa família real, sua ascendência e descendência, a crônica narra os feitos de D. Afonso II durante seu reinado em Portugal até sua morte em março de 1223. Conforme apresentado na crônica, os primeiros cinco anos do reinado de D. Afonso II foram marcados apenas pelos conflitos que teve com suas irmãs, pois, como herdeiro do trono, recusava-se a cumprir o testamento do pai, o qual havia deixado às filhas a posse de alguns castelos, algumas áreas do reino e parte das riquezas reais. Esse conflito familiar ocasionou uma guerra, sobre a qual não há muitos fatos

relevantes na crônica, e só foi resolvido a partir da intervenção do Papa. O rei português entregou as terras às suas irmãs, conforme registrava o testamento de seu pai e, em contrapartida, teve de volta as terras tomadas pelo rei de Leão, em favor das herdeiras, durante a guerra pela herança.

Na segunda parte da crônica, a narrativa aborda os conflitos que Portugal teve com os Mouros, os quais tomaram a cidade de Alcácer do Sal, e, por fim, narra como, após uma segunda batalha, os mouros foram vencidos.

Os últimos seis anos do reinado de D. Afonso II, após a retomada de Alcácer do Sal, conforme a crônica, não tiveram grandes feitos que fossem dignos de memória. Nesse contexto, tem relevância, em uma terceira parte dessa crônica, as contribuições do rei para as tentativas de expandir o catolicismo sobre os muçulmanos.

Por último, a crônica narra primeiro a morte da rainha Dona Orraca e, em seguida, a morte do rei D. Afonso II, aos trinta e sete anos de idade, dos quais doze como rei português.

3.1.2 *Chronica de El-Rei Dom Sancho II*

D. Sancho II foi o quarto rei de Portugal e o filho primogênito do rei D. Afonso II (cujo reinado é narrado na *Chronica de El-Rei Dom Affonso II*, que também faz parte dos *corpora* desta pesquisa). D. Sancho II ficou conhecido como “O Capelo”; nasceu em 8 de setembro de 1202 em Coimbra e faleceu em 4 de janeiro de 1248 em Toledo e foi rei de Portugal entre 1223 e 1248.

A crônica de D. Sancho II narra como, após a morte de seu pai, aos dezesseis anos, o príncipe foi declarado rei de Portugal e como, estando rei, casou-se com a viúva Dona Mecia Lopes, que foi rapidamente rejeitada pelo povo português, pela nobreza e pelo clero. A rainha foi, durante a crise no reinado de D. Sancho II, raptada. Deposto do trono pelo clero em comunhão com D. Afonso, seu irmão, que nessa ocasião ficou regente de Portugal, e não conseguindo reaver a rainha, D. Sancho II se exilou em Toledo, onde morreu sem herdeiros. D. Affonso III, então, sucedeu D. Sancho II como rei de Portugal.

3.1.3 *Chronica de El-Rei Dom Affonso III*

D. Afonso III (irmão de D. Sancho e filho de D. Afonso II, cujas crônicas, já mencionadas respectivamente em 3.1.3 e 3.1.2, também fazem parte dos *corpora* desta pesquisa) subiu ao trono português após a morte do rei D. Sancho II, o qual não teve filhos. Esse foi o quinto rei a assumir a monarquia portuguesa, ainda durante a dinastia Afonsina, e ficou conhecido como “O Bolonhês”; nasceu em 5 de maio de 1210 em Coimbra e morreu em 16 de fevereiro de 1279 em Alcobaça; reinou entre 1248 e 1279.

A crônica do rei D. Afonso III é dividida em dezesseis capítulos, os quais narram fatos políticos e pessoais da vida do rei, que foram considerados importantes pelo cronista no que diz respeito à manutenção da história a respeito desse rei e seu reinado.

Conforme a crônica, antes de se tornar rei, D. Afonso se casou com D. Matilde de Bolonha, com quem vivia na França. Quando seu irmão, o rei D. Sancho II, foi deposto pelo clero, D. Afonso foi da França para Portugal, sem sua esposa, para assumir o posto de regente do reino. Após a morte do rei deposto, D. Afonso foi aclamado rei e, como estava sem a esposa em Portugal e por motivos políticos, já que, em decorrência disso, terras foram acrescentadas a Portugal, casou-se pela segunda vez, agora, com Dona Beatriz de Castela.

A crônica narra que, passados alguns anos da partida de D. Afonso III da França, D. Matilde de Bolonha, ao saber do falecimento de D. Sancho II, foi a Portugal acompanhada por cavaleiros, nobres e um filho. Somente quando chegou a Portugal, ela soube que seu marido havia casado novamente, agora com a filha do rei de Castela. D. Afonso III não recebeu Dona Matilde em Portugal e mandou que ela voltasse à França. De volta à França, Dona Matilde teve a ajuda do Papa e da família, os quais exigiam que D. Affonso III se separasse de Dona Beatriz, alegando que se tratava de um casamento ilegítimo, e assumisse a verdadeira esposa como rainha. O rei não se separou de Dona Beatriz nem por intermédio do Papa. Após a morte de Dona Matilde em 1262, o segundo casamento de D. Afonso III foi aceito pela Igreja. Desse segundo casamento nasceu D. Diniz, o sucessor no trono português.

Também são narrados nessa crônica os conflitos e as batalhas entre os europeus e os mouros, motivadas pelas conquistas de terras e justificadas pela incompatibilidade entre as doutrinas religiosas.

3.1.4 ***Chronica de El-Rei Dom Diniz (volumes I e II)***

D. Diniz, denominado “O Lavrador”, nasceu em 9 de outubro de 1261 em Lisboa e morreu em 7 de janeiro de 1325 em Odivelas. Filho do rei D. Affonso III (cujas crônicas, apresentadas em 3.1.4, também fazem parte dos *corpora* desta pesquisa), foi aclamado rei de Portugal em 1279, após a morte de seu pai, e reinou até 1325. O rei D. Diniz também faz parte da primeira dinastia de reis portugueses, a dinastia Afonsina.

A crônica, que narra os feitos de D. Diniz quando era rei de Portugal, é dividida em dois volumes: o primeiro compreende doze capítulos e o segundo, vinte.

Conforme a crônica, D. Diniz, após a morte de seu pai, ascendeu ao trono português aos dezoito anos, quando ainda era solteiro. Aos vinte anos, casou-se com a infanta Dona Isabel de Aragão. O rei teve dois filhos legítimos do casamento com a rainha (Dona Constança e D. Afonso) e mais sete filhos e filhas bastardos.

No primeiro volume, a crônica narra conflitos que o rei tinha com seu irmão D. Afonso e conflitos que teve com os mouros, conflitos esses motivados por posse de terras. Narra também os casamentos entre sua filha, a infanta Dona Constança, e o rei Fernando IV de Castela, e entre seu filho, o infante D. Afonso, e a infanta Dona Beatriz de Castela.

O segundo volume começa apresentando as virtudes intelectuais do rei, que foi poeta e instituiu o português como língua oficial do país, criando a primeira universidade portuguesa. Nesse segundo volume, são narrados também os trabalhos do rei a favor dos interesses da Igreja católica em Portugal.

Conforme a crônica, D. Diniz teve muitos conflitos com o filho herdeiro do trono, D. Afonso, que tinha ciúmes do pai com um de seus filhos bastardos e exigia que D. Diniz deixasse o trono em seu favor ainda em vida.

Por último, a crônica apresenta as circunstâncias da morte do rei D. Diniz aos sessenta e quatro anos.

3.1.5 *Chronica de El-Rei Dom Affonso V (volumes I, II e III)*

A última crônica que compõe os *corpora* desta pesquisa conta a história de D. Afonso V, que foi o décimo-segundo rei português, já durante a segunda dinastia de reis, a dinastia de Avis. D. Afonso V, também conhecido como “O Africano”, nasceu em 15 de janeiro de 1432 em Sintra e morreu em 28 de agosto de 1481 em uma batalha. O infante sucedeu seu pai, o rei D. Duarte, na monarquia portuguesa com apenas seis anos e foi rei entre 1438 e 1481.

Conforme a crônica, a princípio, o rei ficou sob a regência de sua mãe Dona Leonor de Aragão, como previa o testamento do falecido rei, mas ela foi substituída posteriormente pelo seu tio D. Pedro (irmão do falecido rei D. Duarte), sob a alegação de que ela era estrangeira e não podia tratar fielmente dos interesses de Portugal. O primeiro volume narra, sobretudo, os conflitos entre a rainha Dona Leonor e o regente D. Pedro acerca dos direitos sobre a regência do rei. D. Afonso V é prometido em casamento a Dona Isabel de Lancastre, filha do regente e tio D. Pedro; casaram-se no ano de 1441.

No segundo volume, a crônica narra como, após a morte da rainha Dona Leonor, D. Pedro se manteve como regente, mesmo depois de o rei ter completado quatorze anos, quando já poderia governar sozinho. D. Afonso V finalmente assume o governo de Portugal aos dezoito anos e, logo em seguida, declara seu tio D. Pedro desleal e inimigo do reino. Ainda nesse segundo volume, temos a morte de D. Pedro.

D. Afonso V e Dona Isabel tiveram três filhos, o primogênito D. João, que morreu poucos dias após o nascimento, a infanta Dona Joana e o herdeiro do trono, D. João (homônimo do irmão falecido). Por último, o segundo volume menciona rapidamente a morte da rainha Dona Isabel e apresenta informações sobre as batalhas e conquistas do rei D. Afonso no norte da África.

O terceiro e último volume continua a narrativa a respeito dos conflitos na África e do segundo casamento de D. Afonso com Dona Joana, que era sua sobrinha, filha do rei D. Henrique IV de Castela e da sua irmã, a rainha Dona Joana. São apresentados, também, nesse volume, os conflitos políticos entre

Portugal e a França até as pazes declaradas entre os dois reinos. Por último, são narradas as circunstâncias de morte do rei D. Affonso V e são elencadas também as virtudes desse monarca.

3.2 Português arcaico

As línguas denominadas românicas (português, italiano, espanhol, romeno e francês, além de outras menores) são, conforme Camara Jr. (1979), resultado da evolução do latim, que se espalhou por toda a Europa com a expansão do Império Romano a partir do século III a.C. O português resultou de um processo que envolveu a conquista da Península Ibérica pelos romanos (século III a.C.), a queda do Império Romano, a invasão do território pelos bárbaros germânicos (século V d.C.), a tomada de terras peninsulares pelos árabes (século VIII d.C.) e pelo movimento de Reconquista do território, que no século XII d.C possibilitou a criação do reino independente de Portugal.

Conforme Camara Jr. (1979), após a conquista do território da Península Ibérica pelo Império Romano, no século III a.C, o latim, que era a língua oficial do Império, foi estabelecendo-se como a língua peninsular, fazendo, assim, que as demais línguas que existiam na Península fossem desaparecendo.

Teyssier (1997) afirma que o latim se manteve, após a invasão germânica no século V d.C, como a única língua escrita da Península e, assim como a cultura local, sofreu mínima influência dos bárbaros, ao mesmo tempo em que o latim falado diversificava-se e, nas palavras do autor (TEYSSIER, 1997), evoluía rapidamente.

De acordo com Teyssier (1997), no século VII d.C, o território peninsular é invadido por árabes. Denominados “mouros” pelos povos peninsulares, eles tinham o Islã como religião e o árabe como língua. Como força contrária a essa invasão, a reconquista cristã da Península ocorre à medida que os árabes vão sendo expulsos em direção ao sul peninsular. O movimento da Reconquista foi responsável pelo estabelecimento do território do reino português.

Conforme Teyssier (1997), tanto a invasão muçulmana quanto a Reconquista foram determinantes para a formação das três línguas peninsulares (o galego-português, o castelhano e o catalão). Assim, pelo movimento de reconquista territorial, que se deu do norte da Península Ibérica

para o sul, o galego-português foi aos poucos recobrando todo território que atualmente pertence a Portugal.

Conforme Silva Neto (1956), o português falado já devia existir desde o século IX, embora até o século XII os documentos ainda fossem escritos em latim. Fonseca (1959) afirma que data do século XII o primeiro documento inteiramente redigido em português. O autor chama atenção para o fato de que, desde que o português se fixou como língua, vem sofrendo modificações, entre as quais as mais significativas ocorreram entre os séculos XII e XV.

O autor denomina o período da língua portuguesa desde sua efetivação como língua no século XII até os dias de hoje como *época histórica da língua portuguesa*, dividindo esse período em duas fases: *arcaico* e *moderno*. A fase *arcaica* começa no século XII, período de fundação da nacionalidade, em que o estabelecimento de uma língua nacional é fundamental, até o século XVI, quando tem início a fase *moderna* da língua.

Ele esclarece que, diferentemente do que supõe a compreensão leiga, o português arcaico é regular, pitoresco, inteligível e capaz de exprimir as ideias da época. É relevante que se compreenda com Fonseca (1959) que, nesse período, a língua portuguesa pode ser considerada nacional, visto que se desenvolveu com pouca influência de outras línguas e comunicou quase por si própria.

3.3 Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionamos, aleatoriamente, cinco crônicas, cuja autoria se atribui a Rui de Pina, escritas no século XVI: *Chronica de El-Rei Dom Affonso II* (CDAII), *Chronica de El-Rei Dom Sancho II* (CDSII), *Chronica de El-Rei Dom Affonso III* (CDAIII), *Chronica de El-Rei Dom Diniz* (CDD) – volumes I e II – e *Chronica de El-Rei Dom Affonso V* (CDAV) – (volumes I, II e III).

Fizemos o levantamento de todas as ocorrências do conector *quando* em cada uma das obras pesquisadas. Em seguida, excluimos das análises as ocorrências que fazem parte do prólogo das crônicas, cuja autoria não é de Rui de Pina, as ocorrências que fazem parte dos títulos dos capítulos, sob a justificativa de que são todos narrativos e, portanto, temporais; por último,

excluimos todos os “*quandos*” que ocorrem no final das obras em uma seção denominada Index, pois se trata de comentários inseridos pelo Projeto Gutenberg. Assim, quantitativamente, foram excluídas:

- 2 ocorrências do Index da crônica do rei D. Afonso II;
- 2 ocorrências do Index da crônica do rei D. Sancho II;
- 15 ocorrências do Index da crônica do rei D. Afonso III;
- 1 ocorrência do prólogo do primeiro volume da crônica do rei D. Diniz;
- 7 ocorrências do Index do segundo volume da crônica do rei D. Diniz;
- 1 ocorrência do prólogo e uma ocorrência do título de um capítulo do primeiro volume da crônica do rei D. Afonso V;
- 2 ocorrências de títulos de capítulos do segundo volume da crônica do rei D. Afonso V;
- 2 ocorrências de títulos de capítulos e 5 ocorrências do Index do terceiro volume da crônica do rei D. Afonso V.

Portanto, no total foram excluídas das análises 38 ocorrências do conector “quando” que estão nas crônicas digitalizadas que utilizamos como *corpora*. As ocorrências restantes foram numeradas para facilitar as análises, primeiramente, conforme a ordem em que ocorreram no interior de cada uma das obras em que foram encontradas. Em um segundo momento, quando reunimos todas as ocorrências em um único arquivo, elas foram renumeradas de 1 a 131, número que representa o total de ocorrências analisadas.

A partir dessa seleção de ocorrências, efetuamos as análises necessárias para determinar os casos em que o *quando* estabelece, entre as cláusulas, uma relação temporal e os casos em que o que se estabelece é uma relação de condicionalidade. Para esse fim, conforme especificado por Hirata-Vale (2005), consideramos o grau de certeza ou de incerteza codificado pelas cláusulas vinculadas por meio do *quando*, de modo que as construções nas quais a relação que emerge entre as orações é temporal são marcadas pela certeza em relação ao conteúdo expresso; por outro lado, as construções em

que sobressai uma relação condicional marcam a incerteza em relação ao conteúdo expresso. A partir dessa primeira análise, obtivemos o seguinte parâmetro de relações estabelecidas entre as orações vinculadas pelo *quando* nas crônicas que analisamos:

Crônica	Temporais	Condicionais	Total de ocorrências
Chronica de El-rei Dom Sancho II	4	0	4
Chronica de El-rei Dom Afonso II	6	1	7
Chronica de El-rei Dom Diniz	6	17	23
Chronica de El-rei Dom Affonso III	18	9	27
Chronica de El-rei Dom Affonso V	34	36	70

Quadro 5. Panorama quantitativo de ocorrências temporais x condicionais por obra investigada.

Conforme disposto no quadro 5, apenas a *Chronica de El-Rei Dom Sancho II* não possui conector *quando* vinculando orações que estabelecem entre si relação de condicionalidade. É relevante também observarmos que a *Chronica de El-Rei Dom Affonso V* possui mais períodos cuja interpretação semântica é condicional (36 ocorrências) do que aqueles cuja relação é temporal (34 ocorrências).

Em seguida, com base nos parâmetros aspectuais e modo-temporais apresentados por Neves (2011), os quais foram descritos em 2.4.2, efetuamos as análises sobre as condições linguísticas que permeiam a construção dos períodos nos quais a interpretação semântica é condicional.

Para a descrição dessas análises, que apresentamos na sequência, utilizamos, conforme Camara Jr. (2009), uma representação acrográfica para os modos e tempos dos verbos. Assim temos: para os modos verbais, **Id** para Indicativo; **Sb** para Subjuntivo não subordinado ou Imperativo; **Sb₂** para Subjuntivo subordinado, propriamente dito; **If** para Infinitivo; **Gd** para Gerúndio; e para os tempos verbais, **Pr** para Presente; **Pt₁** para Pretérito Imperfeito; **Pt₂** para Pretérito Perfeito; **Pt₃** para Pretérito Mais-que-Perfeito; **Ft** para Futuro; **Ft₁** para Futuro do Presente; **Ft₂** para Futuro do Pretérito.

CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos todos os dados obtidos por meio da análise das orações vinculadas pelo *quando*. Para obtenção dos resultados, conforme exposto anteriormente, utilizamos os parâmetros propostos por Neves (2011), os quais consideram o modo e o tempo verbal, o tipo de relação temporal estabelecido entre as cláusulas vinculadas (estado de coisas da oração adverbial e o da principal são simultâneos ou não), se modo não-perfectivo implica ou não uma noção de iteração, se na oração adverbial tem relevância a factualidade (nesse caso a condição está preenchida) ou se o fato expresso na oração principal ocorre dentro da condição expressa na oração temporal (nesse caso a condição é preenchível) e, por último, se o fato expresso na oração temporal pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal.

Conforme a autora, por meio desses parâmetros é possível identificar as orações cuja relação estabelecida no período é de condicionalidade e dentro dessa classificação reconhecer o tipo de condição obtida (eventual ou factual), visto que as características elencadas servem para um ou para outro tipo de oração apenas, ou seja, são excludentes entre si.

Na primeira parte, fizemos uma apresentação quantitativa dos resultados obtidos a partir das análises. O objetivo dessa primeira parte é informar quanto ao número de ocorrências encontradas em cada crônica, quantas entre elas podem ser interpretadas como temporais e quantas como condicionais e, finalmente, os tipos de condicionais analisadas.

Na segunda parte, discutimos as ocorrências analisadas, subdividindo-as em quatro grupos: a) cláusulas cuja relação é temporal; b) cláusulas cuja relação é condicional eventual; c) cláusulas cuja relação é condicional factual; e d) cláusulas cuja relação condicional não é nem eventual nem factual. Para denominar este último tipo de relação temporal-condicional, cuja condicionalidade, conforme esmiuçamos em 4.2.4, tem características de eventualidade e de factualidade, utilizaremos o termo *evento-factuais*.

4.1 Apresentação quantitativa das ocorrências analisadas

Após a seleção das ocorrências relevantes para as análises desta pesquisa em cada uma das obras (cujos critérios foram expostos em 3.3), fizemos o levantamento quantitativo de ocorrências que foram objeto de análise. Esse resultado numérico é apresentado no quadro a seguir:

Nome da Obra	Número de ocorrências	Porcentagem de ocorrências por obra
Chronica de El-rey D. Sancho II	4 ocorrências	3,0%
Chronica de El-rey D Afonso II	7 ocorrências	5,3%
Chronica de El-rey D Diniz (volumes I e II)	23 ocorrências	17,5%
Chronica de El-rey D Afonso III	27 ocorrências	20,6%
Chronica de El-rey D Affonso V (volumes I, II e II)	70 ocorrências	53,4%
Total de ocorrências analisadas	131 ocorrências	100%

Quadro 6. Levantamento quantitativo total de ocorrências por obra⁴.

A *Chronica de El-Rei Dom Affonso V* (volumes I, II e III) teve expressivamente o maior número de ocorrências encontradas, 70 em um total de 131, o que representa mais da metade das cláusulas analisadas. Mesmo se comparada às outras duas crônicas com mais ocorrências encontradas (*Chronica de El-Rei Dom Afonso III* e *Chronica de El-Rei Dom Diniz* volumes I e II), ainda assim a diferença, no que diz respeito ao número de ocorrências, é significativa.

A *Chronica de El-Rei Dom Affonso III* apresenta 27 orações vinculadas por meio do conector *quando*, seguida pela *Chronica de El-Rei Dom Diniz*

⁴ Em relação ao cálculo das porcentagens que representam os resultados deste trabalho, por razões metodológicas, houve, em alguns casos, a redução e a aproximação das casas decimais, sobretudo, quando o resultado percentual era uma dízima periódica.

(volumes I e II), cujas ocorrências somam 23. Do total de 131 ocorrências, elas representam, respectivamente, 20,6% e 17,5%.

As duas crônicas com menor número desse tipo de vinculação oracional foram a *Chronica de El-Rei Dom Affonso II*, com 7 períodos (5,4%), e a *Chronica de El-Rei Dom Sancho II*, com 4 períodos (3,1%) de orações anexadas por meio do *quando*.

Essa diferença de número de ocorrências pode ser justificada pela diferença de tamanho entre as obras, uma vez que os três volumes da crônica de *Dom Affonso V* têm um total de 125.773 palavras-ocorrência, enquanto as outras crônicas têm 41.900 (crônica de *Dom Diniz* volumes I e II), 14.328 (crônica de *Dom Afonso III*), 12.121 (crônica de *Dom Afonso II*) e 8.562 (crônica de *Dom Sancho II*).

Após uma primeira análise dos casos, separamos as ocorrências cuja relação estabelecida entre as cláusulas vinculadas pelo conector *quando* é temporal daquelas cuja relação é condicional. A comparação quantitativa dos resultados obtidos para esses dois tipos de períodos é apresentada no quadro a seguir:

	Número de ocorrência por tipo de relação	Porcentagem
Relação Temporal	68	52%
Relação Condicional	63	48%
Número total de ocorrências	131	100%

Quadro 7. Comparação quantitativa entre ocorrências com relação temporal e ocorrências com relação condicional estabelecida.

Constatamos que, apesar de a porcentagem de orações condicionais ser 4% menor que a de orações temporais, é significativa a produtividade de cláusulas condicionais vinculadas a uma principal mediante o conector *quando* nas obras analisadas, as quais pertencem ao século XVI da língua portuguesa, visto que quase metade dos períodos em questão parte de um conector prototipicamente definido como temporal, mas obtêm, pelas construções linguísticas que o rodeiam, uma relação condicional.

Em seguida, dedicamo-nos, conforme os objetivos previstos para este trabalho, à investigação de como se estabelece a relação de condição entre as cláusulas investigadas. A partir dos parâmetros definidos por Neves (2011), as orações condicionais introduzidas pelo *quando* podem ser de dois tipos: eventuais ou factuais, e ambos os tipos de condicionais foram encontrados nos períodos analisados. Além desses dois tipos, selecionamos ocorrências cujas análises demonstraram tratar-se de um provável terceiro tipo de condicionais vinculadas por tal conector, cujas características discutimos em 4.2.4. No quadro a seguir, demonstramos quantitativamente os tipos de condicionais encontrados.

Tipos de Condicionais	Número de Condicionais por tipo	Porcentagem
Eventuais	50 ocorrências	80%
Factuais	4 ocorrências	6%
Evento-factuais	9 ocorrências	14%
Total	63 ocorrências	100%

Quadro 8. Comparação quantitativa entre os tipos de condicionais encontradas.

Conforme os dados apresentados, foram encontradas 50 ocorrências de orações condicionais do tipo eventual, o que representa 80% do total das análises. Sobre as orações condicionais factuais, encontramos apenas 4 exemplares, 6% do total. Outros 9 períodos analisados foram considerados um terceiro tipo de orações condicionais, as *evento-factuais*, visto que não podiam ser incluídos nem no grupo das eventuais nem no das factuais. Nossa análise deste último tipo de condicional concluiu que não são nem somente eventuais nem somente factuais, representando 14% das ocorrências condicionais encontradas.

4.2 Análise das ocorrências

Nesta seção, apresentamos as análises efetuadas acerca de cada um dos tipos de relação encontrados nas orações que serviram de objeto para esta pesquisa.

4.2.1 *Relação temporal*

Como descrito anteriormente, 52% das orações introduzidas pelo *quando* estabelecem com a denominada oração principal uma relação temporal. Conforme nossas análises, nesses casos a função do conector é introduzir informações que dizem respeito especificamente ao momento de ocorrência da ação que está sendo descrita no texto, como é possível observar pelas ocorrências abaixo:

1. [...] mas **quando**, e como, e por quem estes Infantes Dom Fernando, e Dona Lianor cazaram, não se acha escrito [...] (CDAII)

*[...mas não há registros de **quando** e como se casaram os Infantes Dom Fernando e Dona Lianor e quem os casou...]*⁵

2. [...] alguns Estrangeiros da primeira frota aconselhavam e requeriam aos outros da sua companhia, que se partissem em paz, e não esperassem o perigo da batalha, escuzando sua covardice torpe, com dizerem, que **quando** de suas terras partiram, seu voto e proposito não foi pelejar se não com aquelles infieis que tinham tomada a terra de Jerusalem [...] (CDAII)

[...alguns estrangeiros da primeira frota aconselhavam e requeriam aos outros da sua companhia que partissem em paz e

⁵ Com objetivo de facilitar a compreensão das análises efetuadas a todas as ocorrências apresentadas para a discussão neste trabalho, segue-se uma forma adaptada ao português atual entre colchetes e em itálico. Essa adaptação foi elaborada pela Prof.^a Dr.^a Maria Regina Pante (Universidade Estadual de Maringá).

*não esperassem o perigo da batalha, admitindo sua covardice torpe e dizendo que, **quando** partiram de suas terras, sua intenção era lutar apenas com aqueles infiéis que tinham tomado a terra de Jerusalem...]*

3. [...] e por tál está posto por testamenteiro, com outros no testamento del-Rei, **quando** por desagardcimentos do Ifante Dom Sancho seu filho, o deserdou de Castella [...] (CDS)

*[...e por tal está posto por testamenteiro, com outros no testamento de el-rei, **quando**, por desagradecimentos do infante D. Sancho seu filho, deserdou-o de Castela....]*

4. [...] porque **quando** El-Rei Dom Sancho se foi pera Castella, levou consigo muitas joias [...] (CDSII)

*[...porque, **quando** el-rei D. Sancho se foi para Castela, levou consigo muitas joias...]*

5. [...] e del-Rei Dom Affonso, como já disse, cujo nome, vida, nem feitos não achei declaradamente escritos, porque uns dizem, que **quando** a Condessa se partio de Cascais, que o leixou em terra [...] (CDAIII)

*[...e do rei dom Afonso, como já disse, de cujo nome, vida e feitos não encontrei nada escrito, porque uns dizem que, **quando** a condessa partiu de Cascais, deixou-o sem terra...]*

6. E assi houve mais El-Rei Dom Affonso a Ifante Dona Costança sua filha, a qual a Rainha Dona Breatiz sua madre levou consigo a Sevilha, **quando** foi ver El-Rei Dom Affonso seu pai, e lá faleceo [...] (CDAIII)

*[E assim el-rei dom Afonso teve mais uma filha, a infante dona Costança, cuja mãe, a rainha dona Beatriz, levou-a consigo a Sevilha, **quando** foi ver el-rei dom Afonso, e lá faleceu...]*

7. [...] ha quaal ElRei D. Diniz antre elles tambem concordou **quando** foi ha Aragam, como aho diante direi [...] (CDD)

*[...a qual el-rei D. Diniz também concordou entre eles **quando** foi a Aragão...]*

8. [...] **quando** hos Rex Despanha seus antecessores mandaram chamar hos Templarios pera ha guerra, e conquista dos infieis, que nella avia, tambem chamaram [...] (CDD)

*[...**quando** os reis de Espanha mandaram chamar seus antecessores, os templários, para a guerra e conquista dos infiéis que nela havia, também chamaram...]*

9. [...] a Rainha D. Lianor, **quando** viu os primeiros embaixadores tornar com resposta á sua esperança e desejo tão contraira, começou claramente de conhecer os enganos em que caira [...] (CDAV)

*[...a rainha D. Lionor, **quando** viu os primeiros embaixadores voltarem com resposta tão contrária a sua esperança e desejo, começou claramente a perceber os enganos em que caíra...]*

10. E certamente **quando** El-Rei viu e contemplou na realeza de Ceuta, e em sua grandeza, maravilhoso e forte assento, que seu avô com outra semelhante passagem ganhara, e se lembrou d'Alcacere, e de seu sobrenome Ceguer, ficou triste e pensoso [...] (CDAV)

[E, certamente, **quando** el-rei viu na realiza de Ceuta e em sua grandeza o maravilhoso e forte trono que seu avô, com outra semelhante passagem ganhara, e se lembrou de Alcácar e de seu sobrenome Ceguer, ficou triste e pensativo...]

Todas as crônicas investigadas apresentaram esse tipo de vinculação de orações. Seleccionamos dois exemplos de cada crônica, nos quais o *quando* introduz uma circunstância temporal para a realização da ação que vem expressa na oração que o conector acompanha.

Como esse tipo de ocorrência não faz parte dos objetivos deste trabalho, não empreendemos uma descrição a esse respeito. Sua apresentação foi considerada necessária, mas elas servem aqui mais como uma fonte de comparação para entendermos as diferenças entre as construções temporais e as condicionais.

4.2.2 **Relação condicional eventual**

Conforme Hirata-Vale (2005), a descrição dos contextos em que as cláusulas formalmente são classificadas como temporais, mas pragmaticamente interpretadas como condicionais, é fundamental para que compreendamos como essas estruturas estabelecem a noção condicional. A esse respeito, Neves (2011) propõe alguns parâmetros, descritos em 2.4.2, por meio dos quais podemos identificar o contexto linguístico no qual ocorrem essas estruturas, cuja relação foi denominada pela autora como *temporal-condicional*.

A partir da caracterização desse contexto linguístico, dois tipos de temporal-condicional podem ser encontrados, conforme Neves (2011): as *condicionais eventuais*, das quais trataremos nesta seção, e as *condicionais factuais*, que serão discutidas em 4.2.3.

Nos *corpora* analisados, de um total de 63, foram encontradas 50 ocorrências de orações condicionais eventuais. A principal característica desse tipo de oração é a situação de *condição preenchível*, ou seja, aquilo que é expresso na oração principal ocorre apenas dentro da condição expressa na temporal. Durante o processo de análise das cláusulas, foi esse critério (de

condição preenchível) que utilizamos para, em última análise, considerar uma ocorrência condicional como eventual, dado que, como veremos na sequência, nem sempre os critérios de tempo e de modo verbal (presente e pretérito imperfeito), simultaneidade de estado de coisas e iteração, estabelecidos por Neves (2011), foram suficientes para dar conta da descrição das ocorrências encontradas, e é justamente a questão da possibilidade de preenchimento da condição responsável pela noção de eventualidade desse tipo de período.

No que diz respeito ao tempo e ao modo verbal, em nossas análises, das 50 condicionais eventuais, 27 ocorrências tinham verbos no pretérito imperfeito (Pt_1) tanto na prótase quando na apódose, como é o caso dos exemplos a seguir:

11. Porém **quando** tão sem razão a movesse (Sb_2Pt_1), e como inimigo quizesse (Sb_2Pt_1) n'elles entrar, fosse (Sb_2Pt_1) certo que a contenda não duraria muito [...] (CDAV)

*[Por isso, **quando** tão sem razão a movesse e como inimigo quizesse neles entrar, estivesse seguro de que a disputa não duraria muito...]*

12. [...] e mais no alcacer da Villa tinham uma fusta, que por um arco, que era feito no muro a lançavam ao mar **quando** queriam ($IdPt_1$), e nella enviavam ($IdPt_1$) seus recados ao seu Rei, **quando** delle, e de suas ajudas tinham ($IdPt_1$) alguma necessidade [...] (CDAIII)

*[...e ademais, no alcáçar da vila havia uma embarcação que (...) lançavam ao mar **quando** queriam nela enviar seus recados ao seu rei, **quando** tinham, alguma necessidade de sua ajuda...]*

13. [...] El-Rei Dom Affonso (...) foi o mais nobre Rei de Castella, e querendo em todo satisfazer á Rainha sua filha, lhe mandou logo passar sua Carta patente, e selada de seu selo de

chumbo, por a qual fez solenne, e firme doação ao dito Rei Dom Affonso Conde de Bolonha, seu genro, e ao Ifante D. Diniz seu filho, e a todos os filhos, e filhas que delles decendessem para sempre do Reino do Algarve com seu inteiro Senhorio, e com todos os Lugares delles ganhados, e por ganhar, com tal condição que o sobredito Rei de Portugal, e seus filhos, fossem (Sb_2Pt_1) obrigados a dar de ajuda ao dito Rei Dom Affonso de Castella em sua vida sómente cinquenta Cavalleiros, **quando** lhos requeressem (Sb_2Pt_1), contra todos os Reis Despanha. (CDAIII)

*[...el-rei dom Afonso (...) foi o mais nobre rei de Castela e, querendo satisfazer plenamente a rainha sua filha, mandou-lhe sua Carta patente, selada com selo de chumbo, por meio da qual fez solene e firme doação ao rei dom Afonso Conde de Bolonha, seu genro, e ao infante dom Diniz, seu filho, e a todos os filhos e filhas que deles descendessem para sempre do reino do Algarve com seu inteiro senhorio e com todos os lugares deles ganhados e por ganhar, com a condição de que o mencionado rei de Portugal e seus filhos fossem obrigados a dar ajuda ao dito rei Afonso de Castela em sua vida com apenas cinquenta cavaleiros, **quando** lhos requeressem contra todos os reis da Espanha.]*

14. [...] e sua justiça nom era sempre tam severa, que **quando** alguns casos, e tempos ho requeriam ($IdPt_1$) nom misturasse (Sb_2Pt_1) com ella muita misericordia, e piedade. (CDD)

*[...e sua justiça não era sempre tão severa a ponto de, **quando** alguns casos e tempos o requeriam, não misturasse com ela muita misericórdia e piedade.]*

15. [...] refariam ha guerra contra hos imigos da fee, e no serviço delRei, e do Regno outra tanta gente quanta era (*IdPt₁*) ha dos Templarios **quando** serviam (*IdPt₁*) [...] (CDD)

*[...refariam a guerra contra os inimigos da fé, e havia muita gente a serviço de el-rei e do reino assim como templários **quando** serviam...]*

16. [...] suas palavras eram graciosas (...), nas sentenças mui graves e sustanciaes, e **quando** alguma sanha o tocava (*IdPt₁*) era (*IdPt₁*) sua cara mui temerosa, e porém não lhe durava muito [...] (CDAV)

*[...suas palavras eram graciosas (...), muito graves e substanciais nas sentenças e, **quando** alguma ira o tocava, seu rosto era muito temeroso, mas nem por isso durava muito...]*

Os exemplos de **11** a **16** apresentam os verbos no *Pt₁*. Na maior parte das ocorrências em que há verbo nesse tempo e modo, ocorre iteração, como podemos verificar de **12** a **16**, nos quais o *quando* pode ser interpretado como sinônimo de “*toda vez que*”. Conforme Neves (2011), a ocorrência de iteração é uma possibilidade para *condicionais eventuais* introduzidas pelo *quando* em que haja o *Pt₁*, assim como podemos observar pelo exemplo **11**, em que não há iteração, mas não acontece em todos os casos. Em **11**, a ausência da noção de iteração pode ser justificada pelo contexto em que a condicional ocorre, caso em que o verbo *movesse* refere-se à expressão *mover guerra*, ou seja, uma ação pontual que, nesse caso, não acarreta repetição.

Outro aspecto que observamos nos exemplos de **11** a **16** é a questão da simultaneidade entre os estados de coisas da prótase e da apódose. Por último, tem relevância o fato de que, em todos os exemplos anteriormente citados (de **11** a **16**), nos termos de Neves (2011), a condição é preenchível, de modo que o que é expresso na apódose só se dá dentro da condição expressa na prótase.

Podemos afirmar que essas cláusulas analisadas até aqui, introduzidas pelo conector *quando*, efetivamente estabelecem com a oração principal uma relação condicional do tipo eventual.

Novamente iniciando a discussão a partir do tempo e modo verbal, encontramos duas ocorrências analisadas como condicionais eventuais com verbos conjugados no presente do indicativo (IdPr):

17. E posto que das Chronicas e lembranças escriptas das perfeitas bondades e memorandas façanhas dos claros barões não naturaes e estrangeiros, **quando** as lemos (*IdPr*) e ouvimos, logo nos movem (*IdPr*) para aborrecer os vicios, e com uma virtuosa inveja de seus gloriosos exemplos, nos espertam e guiam para o caminho de suas louvadas virtudes e fama [...] (CDAV)

[Quando lemos e ouvimos as crônicas e lembranças escritas a respeito das perfeitas bondades e memórias das façanhas dos claros barões não naturais e estrangeiros, logo passamos a abominar os vícios e, com virtuosa inveja de seus gloriosos exemplos, despertamo-nos e guiamo-nos para o caminho de suas louvadas virtudes e fama...]

18. [...] outra diferença de vergonha, outra viveza de gloria, outro acendimento d'esforço sentimos (*IdPr*) logo em nossos corações, **quando** lendo topamos (*IdPr*) [...] (CDAV)

[...quando as lemos (as crônicas), logo sentimos em nossos corações algo diferente da vergonha, outra viveza de glória, outro despertar para o esforço...]

Tanto em **17** quanto em **18**, observamos o aspecto iterativo dos verbos e a noção temporal de simultaneidade entre os estados de coisas da oração adverbial e da principal. Também observamos a situação de condição preenchível que caracteriza uma cláusula condicional como eventual.

O fato de apenas duas ocorrências (17 e 18) apresentarem verbos conjugados no IdPr pode ser explicado pelos objetivos dos textos selecionados, pois se trata de crônicas que narram os feitos dos antigos reis portugueses, havendo, portanto, a predominância de verbos no passado. Assim, mesmo quando encontramos verbos no IdPr, eles se referem, como podemos observar pelos excertos 17 e 18, à leitura das próprias crônicas, ação que poder ser realizada no momento presente.

Esses dois tipos de ocorrências (condicionais eventuais com verbos no Pt₁ ou IdPr tanto na prótase quanto na apódose), das quais tratamos até aqui, foram estudados por Neves (2011), entretanto outras combinações de tempos verbais também compõem os períodos, cujas análises concluíram haver relação condicional eventual estabelecida.

Encontramos 12 períodos nos quais uma das orações vinculadas está no futuro do pretérito (Ft₂) e outra no Pt₁:

19. [...] hos originaes por seerem escritos em papel, e por se nom perderem tinha mui beem guardados antre duas tavoas, e que ha ElRei hos mostraria (IdFt₂) **quando** fosse (Sb₂Pt₂) necessário [...] (CDD)

*[...os originaes, por serem escritos em papel e para não se perderem, tinha-os muito bem guardados entre duas tábuas e que os mostraria a el-rei **quando** fosse necessário...]*

20. [...] encommendando-lhes outrosi que o amassem e lhe obedecessem, e quisessem ajuda-lo e deffende-lo com seus corpos e fazendas, assi como elle faria (IdFt₂) a elles mesmos **quando** lhes cumprisse (Sb₂Pt₂) [...] (CDAV)

*[...recomendando-lhes outrossim que o amassem, obedecessem-no e quisessem ajudá-lo e defendê-lo com seus corpos e terras, assim como ele faria a eles mesmos **quando** lhes coubesse...]*

21. [...] foi accordado enviar-se já por final aquella embaixada, em nome d'El-Rei e do povo com temerosas protestações, dizendo que **quando** aos requerimentos d'ella não se satisfizesse (Sb_2Pt_2), poderiam ($IdFt_2$) então mover guerra [...] (CDAV)

*[...ficou acordado no final que se enviaria àquela embaixada, em nome de el-rei e do povo, com temerosos protestos, dizendo que, **quando** não se atendessem as reivindicações dela, então poderiam iniciar uma guerra...]*

22. [...] que o devia mandar desafiar em campo, e que se acceitasse o desafio, que ainda estava poderoso para lhe dar batalha e esperar victoria, e **quando** de tal reto se escusasse (Sb_2Pt_1), que então sem pejo poderia ($IdFt_2$) para seus reinos partir [...] (CDAV)

*[...que devia mandá-lo desafiar em campo e que se aceitasse o desafio, porque ainda estava poderoso para combatê-lo e esperar uma vitória e, **quando** se recusasse, que então partisse para seus reinos sem acanhamento...]*

De **19** a **22**, temos exemplos dos períodos cujos tempos verbais são Sb_2Pt_1 na prótase e Ft_2 , na apódose. Em todos os **12** casos analisados, cujas ocorrências de **19** a **22** exemplificam, o Pt_1 sempre ocorre na oração adverbial e o Ft_2 sempre ocorre na oração principal, fato que reforça a leitura de condicionalidade da cláusula introduzida pelo *quando*, posto que a noção de condição está atrelada ao Sb_2Pt_1 . No que diz respeito à relação temporal entre as cláusulas, como é possível observar nos excertos de **19** a **22**, todas as ocorrências nesse modo e tempo verbais possuem estados de coisas simultâneos. A respeito do não perfectivo do modo verbal, conforme nossas análises, em metade das ocorrências, nas quais o Pt_1 foi utilizado de modo contíguo ao Ft_2 , observou-se iteração na oração adverbial, como em **19** e **20**, na outra metade das ocorrências, como em **21** e **22**, não há noção de iteração

explícita, ou seja, nesses casos, a ação do verbo da temporal-condicional é interpretada como sem repetição.

Dentre as 50 ocorrências de temporais-condicionais analisadas como *condicionais eventuais*, conforme vimos, 27 combinavam na prótase e apódose o Pt₁, 2 combinavam IdPr, 12 combinavam, respectivamente, Pt₁ e Ft₂; as outras 9 restantes se subdividiram em pequenos grupos de duas ou uma ocorrência, cuja combinação de conjugação verbal é variada, como descreveremos a seguir.

Houve 2 ocorrências em que ocorreu Sb₂Ft na prótase e Sb₂Pr na apódose:

- 23.** [...] e **quando** a ventura for (Sb₂Ft) tão contraíra que não possamos (*presente do subjuntivo*) salvar as vidas, ao menos vínguemol-as (Sb₂Pr) primeiro com mortes destes [...] (CDAIII)

*[... e, **quando** o destino for tão contrário que não possamos salvar vidas, ao menos vinguêmo-las primeiro as mortes deles...]*

- 24.** [...] meu conselho é que vós todavia rejaes: e **quando** o vós não quizerdes ou não poderdes fazer (Sb₂Ft), que o faça (Sb₂Pr) o Infante D. Anrique nosso irmão [...] (CDAV)

*[... meu conselho é que vós reines de qualquer maneira: e, **quando** não o quizeres ou não poderes fazê-lo, que o faça o infante D. Anrique nosso irmão...]*

Em **23** e **24**, temos uma combinação verbal que não está prevista nos parâmetros de classificação de temporais-condicionais propostos por Neves (2011), entretanto ambas possuem outras características que podem comprovar que se trata de formas de expressar uma relação condicional eventual. Nos dois excertos há uma noção temporal de simultaneidade; há também uma noção de repetição introduzida pelo *quando* combinado ao verbo no Sb₂Ft, o que caracteriza iteração. Por último, há, em ambos os casos, uma

expressão de condição preenchível. Assim a ação expressa na oração principal,

- I. *ao menos vínguemol-as*
- II. *que o faça o Infante D. Anrique nosso irmão*

ocorrerá apenas a partir do preenchimento da condição na oração temporal:

- I. **quando** *a ventura for tão contraira que não salvar as vidas*
- II. **quando** *o vós não quizerdes ou não poderdes fazer*

Portanto, apesar de os tempos verbais não serem aqueles preestabelecidos, há entre oração adverbial e oração principal o estabelecimento de uma relação condicional eventual.

Em um segundo caso encontrado em nossas análises, na prótase o verbo é conjugado no Sb₂Ft e, na apódose, no IdPr, como podemos observar a seguir:

- 25.** Nós não somos tredores mas mui leaes, e não havemos de matar nosso Rei e Senhor; mas porque o amamos havemos (*IdPr*) todos de morrer por elle, **quando** lhe cumprir (*Sb₂Ft*): mas certo este frade alguma cousa tem sentida: porque nos põe esta raiva. (CDAV)

*[Nós não somos traidores, mas muito leais, e não havemos de matar nosso rei e senhor; mas, porque o amamos, havemos todos de morrer por ele **quando** for necessário...]*

Em **25**, temos outro tipo de ocorrência registrada, que não ocorre com os tempos e modos verbais previstos. Nesse caso, na oração adverbial há o Sb₂Ft e, na principal, o IdPr. Apesar da presença desses tempos verbais diferentes dos esperados, a relação condicional entre as cláusulas se estabelece.

Ainda em **25** há a noção temporal de simultaneidade entre os estados de coisas das orações que compõem o período (*havemos todos de morrer por*

elle, quando lhe cumprir). Não há, entretanto, noção de iteração na oração condicional dessa ocorrência, fato que pode ser justificado pela semântica expressa pelo verbo *morrer*, que só pode ocorrer uma única vez, tratando-se, portanto, de uma ação pontual. Ou seja, essa ausência de iteração é explicada, pela ação expressa na apódose (*havemos todos de morrer por elle*), a partir do preenchimento da condição apresentada na prótase (**quando** *lhe cumprir*), que só pode ocorrer uma vez, não sendo possível a leitura: “*todos havemos de morrer por elle toda vez que lhe cumprir*”.

Orações como a transcrita em **25** poderiam não ser consideradas condicionais eventuais, porque não apresentam a combinação verbal característica desse tipo de condicional ou porque não se caracterizam, nesse caso, pela iteração. Entretanto, nesses casos, é a situação de possibilidade de preenchimento da condição que faz que possamos afirmar que temos orações condicionais eventuais.

Outras duas ocorrências cuja combinação de tempos verbais se diferencia são:

- 26.** Mas a mim parece que n'este caso o melhor será que a Senhora Rainha e eu andemos pelo reino juntamente, de que se seguirá que sua Senhoria criará El-Rei meu Senhor seu filho, e eu vê-lo-hei e servirei (*IdFt₁*) nas cousas que apontaes, **quando** fôr (*Sb₂Ft*) necessario. (CDAV)

*[Mas a mim parece que nessa condição o melhor será que a senhora rainha e eu andemos pelo reino juntos, de modo que sua senhoria criará el-rei meu senhor e filho e eu vê-lo-ei e o servirei naquilo que me apontaes **quando/se** for necessário.]*

- 27.** E porém meu primeiro movimento é n'esse mesmo dia partir d'aqui, e os ir buscar e esperar no campo, e pedir a Deos e a El-Rei meu Senhor justiça e vingança d'elles, como de qnem tão sem razão tanto damno e perda me tem feito. E **quando** se por meus peccados assi não seguir (*Sb₂Ft*), contentar-me hei (*IdFt₁*) acabar como cavalleiro. (CDAV)

*[E por isso minha primeira providência é partir daqui nesse mesmo dia, ir buscá-los e pedir a Deus e a el-rei meu senhor justiça e vingança contra eles, que me provocaram tanto dano e perda tão sem razão. E **quando/se** por causa dos meus pecados eu não puder seguir em frente, contentar-me-ei acabando como cavaleiro...]*

Nas duas ocorrências acima, ocorre na oração temporal-condicional o Sb_2Ft e, na oração principal, o $IdFt_1$. Provavelmente, por se tratar de combinações diferentes de um mesmo tempo verbal (Ft), as duas ocorrências caracterizam-se pela simultaneidade. Em **26** é possível que se interprete a oração condicional (**quando** *fôr necessario*) como a expressão de uma ação que se repete, caracterizando-a assim pelo aspecto iterativo. Em **27**, por sua vez, a ausência de iteração se justifica pelo verbo *acabar* (*contentar-me hei acabar como cavalleiro*), o qual, no contexto, não permite que se interprete a temporal-condicional (**quando** *se por meus peccados assi não seguir*) como uma ação que se repete, pois a ação de “*acabar como cavaleiro*” não pode ser entendida como uma ação que se repete. Essa ocorrência se assemelha à ocorrência 25.

Na sequência, apresentamos outras duas passagens analisadas nos *corpora*:

- 28.** [...] porque n'ella não ha de consentir que se faça damno, força, nem tomadia, sómente pedirem alguns mantimentos se forem necessarios, por seus dinheiros, como vós podereis ($IdFt_1$) fazer em suas terras **quando** por ellas de vontade, ou por necessidade quizesseis (Sb_2Pt_1) passar [...] (CDAV)

[...porque nela (nas terras) não há de consentir que se faça dano nem que a tome; somente podem pedir-lhes alguns mantimentos se forem necessários, por meio de seu dinheiro,

*assim como vós podereis fazer em suas terras **quando** alguém quiser passar por elas por vontade ou por necessidade...]*

- 29.** [...] mas para a defendermos como defenderemos (*IdFt₁*) a ti e ao teu rei, e com ele a todos os Reis mouros do mundo **quando** sobre nós viessem (*Sb₂Pt₁*) [...] (CDAV)

*[...mas para a defendermos como a defenderemos de ti e do teu rei, e com ele de todos os reis mouros do mundo **quando** sobre nós viessem...]*

Nos dois excertos anteriores, temos, na prótase, *Sb₂Pt₁* e, na apódose, *IdFt₁*. Em ambos, a relação temporal estabelecida entre as orações é de simultaneidade e identifica-se também a noção de iteração nas orações adverbiais que compõem esses períodos. Por último, verifica-se que elas se caracterizam por uma condição preenchível, ou seja, o exposto na apódose somente se realiza a partir do preenchimento da condição exposta na prótase.

O exemplo a seguir é a única ocorrência encontrada cuja relação de condição eventual se estabelece entre uma oração condicional com verbo no *Sb₂Ft* e uma oração principal com verbo no subjuntivo não subordinado ou Imperativo (*Sb*), como em **30**:

- 30.** [...] e **quando** nas cousas graves e pesadas, que em vosso reino e a vosso serviço ocorrerem minha presença fôr (*Sb₂Ft*) necessaria, mandae-me (*Sb*) chamar [...] (CDAV)

[...e, quando nas situações graves, que ocorrerem em vosso reino, minha presença for necessária, mandai-me chamar...]

Nessa ocorrência, as características encontradas que possibilitam a classificação da temporal-condicional como eventual são a relação de simultaneidade, a iteração e a condição preenchível expressa a partir do *quando*.

Por último, temos **31**, único exemplo de condição eventual estabelecida entre uma oração adverbial introduzida pelo *quando* e uma oração principal em que os tempos verbais são, na prótase, Sb_2Pt_1 e, na apódose, Pt_2 .

- 31.** E o Infante depois de todos ouvir com muito tento e repouso, e lhes dar por seus conselhos muito louvor e grandes aguardcimentos, finalmente se teve com o conde d'Abranches, que seguiu sua primeira deliberação, e determinou ($IdPt_2$) **quando** melhor não podesse (Sb_2Pt_1) ser, de morrer no campo, requerendo e bradando a El-Rei por sua justiça. (CDAV)

*[E o infante, depois de ouvir todos com muita atenção e calma e de lhes louvar e agradecer por seus conselhos, finalmente esteve com o conde de Abranches, que seguiu sua primeira deliberação e determinou, **quando** melhor não pudesse ser, de morrer no campo, requerendo e bradando a el-rei por sua justiça.]*

Apesar de não haver iteração, esse excerto também se caracteriza por estabelecer uma relação de condição eventual, pois, além da simultaneidade temporal entre as cláusulas, observa-se ainda a noção de uma oração que apresenta uma condição preenchível.

Todos os dados analisados nesta seção representam 80% das orações condicionais introduzidas pelo conector *quando* encontradas em nossa pesquisa.

4.2.3 **Relação condicional factual**

Em oposição às condicionais eventuais, Neves (2011), conforme apresentado em 2.4.2, descreve um segundo tipo de relação condicional que pode ser estabelecida a partir do conector *quando* no período oracional, as condicionais com sentido *factual*. Nesta seção, descrevemos as ocorrências de condicionais factuais nos *corpora* pesquisados.

Dentre as 63 vinculações de cláusulas pesquisadas, cuja relação de condição se dá por intermédio do *quando*, apenas 4 se caracterizam pela relação condicional factual. Conforme Neves (2011), as condicionais factuais podem ser caracterizadas pelo *tempo e modo verbal* (Pr ou Pt₁), pela *tenuidade da relação temporal de simultaneidade* entre os estados de coisas, pela relevância da *factualidade* presente na oração adverbial, de modo que, diferentemente do que ocorre na condição eventual, a relação factual é composta por uma *condição preenchida* e pela possibilidade de interpretar o fato expresso na cláusula temporal como uma justificativa para o que se afirma na principal.

A partir dessa exposição, caracterizamos e descrevemos a relação expressa entre as orações das ocorrências a seguir. Em relação ao tempo e ao modo verbais, apenas o excerto **32** apresenta IdPr na prótase e IdPt₁ na apódose; nas demais ocorrências (**33 a 35**), o tempo verbal é Sb₂Pt₁ tanto na oração adverbial quanto na principal:

- 32. Quando** ainda os segredos dos Principes, mais reconditos, estão (*IdPr*) sujeitos á infidelidade dos mesmos a que se confiam (*IdPr*) se obrigava (*IdPt₁*) a um tal excesso, o seu affecto, sendo deste inseparavel a desconfiança [...] (CDAIII)

[Ainda quando os segredos mais ocultos dos príncipes estão sujeitos à sua infidelidade a que se confiam, obrigava-se a um tal excesso...]

O exemplo **32** caracteriza-se principalmente pela factualidade expressa na oração introduzida pelo *quando*, factualidade essa bem evidente na oração adverbial, que apresenta uma condição efetivamente preenchida (**Quando ainda os segredos dos Principes, mais reconditos, estão sujeitos á infidelidade dos mesmos a que se confiam**). Na seção anterior (4.2.2), descrevemos os exemplos **17** e **18**, os quais também apresentam verbos conjugados no IdPr, porém a conjugação dos verbos no Pr não era suficiente para que houvesse uma relação condicional factual, sobressaindo-se a eventualidade da condição, diferentemente do que ocorre em **32**, no qual a factualidade parece estar ligada

justamente à conjugação do verbo *estar* no IdPr. Veremos nos próximos exemplos que a conjugação dos verbos da prótase no Sb_2Pt_1 não proporciona a mesma leitura factual de condição preenchida como ocorre em **32**.

Outra característica que permite a classificação do exemplo anterior em condicional factual, além da relação temporal de simultaneidade tênue, é a possibilidade de interpretar o que foi expresso na oração temporal (**Quando** *ainda os segredos dos Principes, mais reconditos, estão sujeitos á infidelidade dos mesmos a que se confiam*) como uma justificativa para o que afirma a oração principal (*se obrigava a um tal excesso, o seu affecto, sendo deste inseparavel a desconfiança*).

Dos excertos de **33** a **35**, apesar de a conjugação verbal no Sb_2Pt_1 não proporcionar a mesma leitura de condição preenchida às cláusulas adverbiais, ainda assim elas foram classificadas como factuais, sobretudo, pelo fato de as orações introduzidas pelo *quando* apresentarem uma justificativa para o que se afirma na oração principal – em oposição ao que ocorre nas condicionais eventuais, em que não é possível essa leitura. A compreensão de que nesses períodos sobressai uma relação de condição factual também se justifica pelo fato de que não há a mesma situação de condição preenchível encontrada nas condicionais eventuais, fato que é perceptível pela leitura dos excertos ou pela explicação dos contextos em que eles figuram:

- 33.** [...] *encommendo-lhe que logo se fizessem (Sb_2Pt_1) e estivessem (Sb_2Pt_1) prestes para **quando** vissem (Sb_2Pt_1) seu recado [...]* (CDAV)

*[...recomendando-lhe que se fizessem logo e estivessem prontos para **quando** vissem seu recado...]*

Em **33**, apesar de não ser possível substituir o *quando* por *uma vez que* ou *já que* – como sugere Neves (2011), ao afirmar que a prótase das orações condicionais factuais podem ser entendidas como justificativa da apódose – o que é expresso na prótase (*para **quando** vissem seu recado*) justifica a recomendação da apódose (*encommendo-lhe que logo se fizessem e estivessem prestes*).

O mesmo ocorre em **34**, no qual a resistência do rei D. Affonso em atender a solicitação do Papa (**quando logo o não fizesse**) justifica as atitudes expressas na sequência (*que o citasse, e emprazasse, que a quatro mezes parecesse em pessoa perante elle em sua Côrte, para ser ouvido com a Condessa*).

- 34.** E o Papa maravilhado da novidade por seu Breve o enviou muito estranhar a El-Rei Dom Affonso, e lhe rogou, e amoestou com palavras catholicas, e mui honestas, que logo se apartasse do segundo cazamento, e quizesse estar pelo primeiro, conforme a justiça, e petição da Condessa, e porque El-Rei não satisfez com efeito aos mandados Apostolicos, o Papa enviou sua comissão ao Arcebispo de San-Tiago, porque lhe mandou que outra vez requeresse, e amoestasse El-Rei Dom Affonso ácerca de seu apartamento, e **quando** logo o não fizesse (Sb_2Pt_1), que o citasse (Sb_2Pt_1), e emprazasse (Sb_2Pt_1), que a quatro mezes parecesse em pessoa perante elle em sua Côrte, para ser ouvido com a Condessa [...] (CDAIII)

*[E o Papa, surpreso com a novidade, enviou, por meio de seu mensageiro, o seu estranhamento ao rei Dom Afonso, pedindo-lhe e aconselhando-o, com palavras católicas e muito honestas, que se separasse do seu segundo casamento e ficasse apenas com o primeiro, de acordo com a justiça e com o pedido da condessa. E, como o rei não atendeu satisfatoriamente os pedidos apostólicos, o Papa enviou sua comissão ao arcebispo de Santiago, a fim de que ele advertisse outra vez el-rei dom Afonso acerca da sua separação. E, **quando** dom Afonso não o fizesse logo, que o arcebispo o convocasse para que ele viesse em quatro meses perante a sua corte para ser ouvido pela condessa...]*

Ainda em **34**, a questão da condição preenchida na oração adverbial (e **quando logo o não fizesse**) não ocorre pelo verbo, tempo e modo, mas pela

leitura do contexto em que se encontra, como explicamos adiante. Ao assumir o trono português, D. Afonso – que já era casado com uma princesa francesa, a quem havia deixado na França quando foi reger Portugal durante um período de crise no reinado de seu irmão, o qual havia sido exilado e renegado pelo povo e pelo clero – casou-se novamente, agora com a princesa de Castela. Ao saber do fato, sua primeira esposa solicitou a intervenção do Papa, que fez inúmeras tentativas de convencer D. Afonso a desistir do segundo casamento e a reconhecer a primeira esposa como rainha. As solicitações do Papa foram em vão, e o rei continuou casado com sua segunda esposa até que, com a morte da primeira esposa, houve o reconhecimento de seu segundo casamento como legítimo. Nesse contexto, o excerto **34** demonstra uma das últimas tentativas do Papa de convencer o rei a readmitir a primeira esposa, depois que ela fora expulsada de Portugal pelo próprio marido. Assim, a possibilidade expressa pela condicional (e **quando logo o não fizesse** – quando não reassumisse a primeira esposa) é, na verdade, um fato previsto pelo Papa e que requer uma atitude diferente (*que o citasse, e emprazasse, que a quatro mezes parecesse em pessoa perante elle em sua Côrte, para ser ouvido com a Condessa*). Dessa forma, pela retomada do contexto, tem relevância a factualidade da condição presente na prótase da ocorrência 34.

No exemplo **35**, novamente a factualidade expressa na prótase não se justifica pelo verbo, tempo e modo, mas pelo contexto em que a cláusula ocorre. Nesse caso, a crônica narra como o rei D. Diniz preparou seu testamento e como garantiu em vida que todos os herdeiros pudessem desfrutar dos legados materiais, deixados por ele, sem que houvesse problema. A medida tomada pelo rei foi a de que cada herdeiro tivesse a chave da sede da cidade para que pudesse tomar posse, sem problemas, de seus herdados. Dessa forma, a factualidade da cláusula condicional (**quando delle quizessem despende, e cumprir hos legados, e couzas, que ordenava**) se explica pela certeza de que, após a morte do rei, os herdeiros iriam querer tomar posse de seus bens, ou seja, a informação expressa na temporal-condicional é um fato conhecido pelo rei e que, inclusive, justifica sua preocupação em garantir que cada um dos beneficiados tivesse acesso a sua herança:

35. [...] da See da dicta Cidade, que cada hum tivesse (Sb_2Pt_1) sua chave pera nom aver embargo, nem estorvo **quando** delle quizessem (Sb_2Pt_1) despende, e comprir hos legados, e couzas, que ordenava [...] (CDD)

*[...da Sede da dita Cidade, que cada um tivesse sua chave para não haver problema nem estorvo **quando** quizessem distribuir/repartir/empregar/gastar, e cumprir os legados, e coisas que ordenava...]*

Outro aspecto dessa ocorrência, que caracteriza a condicional nela presente como *factual*, é a expressão de uma justificativa na prótese (**quando** *delle quizessem despende, e comprir hos legados, e couzas, que ordenava*) em relação à apódose (*da See da dicta Cidade, que cada hum tivesse sua chave pera nom aver embargo, nem estorvo*).

No que diz respeito à relação temporal estabelecida entre os estados de coisas da prótese e da apódose (**32 a 35**), esta se caracteriza por uma relação simultânea tênue.

Em algumas ocorrências, essa tenacidade da simultaneidade fica mais evidente. Em **35**, por exemplo, ela pode ser percebida, pois o narrador conta a história, cujos fatos estão no passado, a partir de um dado momento presente. Assim, nesse caso, comprovamos que não há simultaneidade, pois o que é descrito na prótese (**quando** *delle quizessem despende, e comprir hos legados, e couzas, que ordenava*) se realiza em um passado posterior ao que é descrito na apódose (*da See da dicta Cidade, que cada hum tivesse sua chave pera nom aver embargo, nem estorvo*), apesar de ambos os verbos estarem conjugados no mesmo tempo verbal.

Ao compararmos quantitativamente as ocorrências cuja relação condicional é eventual (50 ocorrências totalizando 80% dos casos) às ocorrências cuja relação condicional que emerge é a *factual* (4 ocorrências totalizando 6% dos casos), constatamos que, nos *corpora* investigados, é significativamente menos produtiva a estratégia de construção de um período composto por meio do conector *quando*, cuja relação condicional tenha como característica principal a *factualidade* na oração adverbial.

4.2.4 *Relação condicional evento-factual*

Ao analisarmos a relação condicional estabelecida entre uma oração adverbial introduzida pelo *quando* e sua respectiva oração principal e ao utilizarmos para isso os parâmetros descritos por Neves (2011), encontramos diversos casos nos quais a ocorrência não correspondeu fielmente aos padrões apresentados pela autora, sobretudo, no que diz respeito aos modos e aos tempos verbais.

Se considerarmos que nossa pesquisa se propôs a trabalhar com um período da língua portuguesa diferente do trabalhado por Neves (2011) e se considerarmos também que nossa descrição utiliza, conforme os pressupostos funcionalistas, uma variante escrita da língua portuguesa em uso no século XVI, era de se esperar que encontrássemos resultados diferentes dos expostos por Neves (2011).

Além dos exemplos anteriormente descritos, separamos esta seção para descrevermos 9 ocorrências cuja relação estabelecida entre as cláusulas vinculadas ocorre no intermédio entre a eventualidade e a factualidade, ou seja, trata-se de ocorrências que possuem pelo menos uma característica tanto de relação condicional eventual quanto de relação condicional factual. Por esse motivo, decidimos nomeá-las de *temporais-condicionais evento-factuais*.

Dentre essas 9 evento-factuais transcritas a seguir, há cinco ocorrências (36 a 41) que se caracterizam principalmente pela situação de condição preenchível (eventual) e pela relação temporal de simultaneidade tênue (factual):

36. [...] assi espero (*IdPr*) com sua ajuda e minha grande lealdade de vo-los ajudar a manter e deffender com todas as minhas forças e poder, e saber, **quando** me vossa Mercê mandar (*Sb₂Ft*) [...] (CDAV)

*[...assim espero, com sua ajuda e minha lealdade, ajuda-lo a manter e a defender com todas as minhas forças, poder e saber, **quando** vossa mercê me mandar...]*

37. [...] lhe mandou dizer, que logo se tornasse (Sb_2Pt_1) por beem, e **quando** nom que ho faria ($IdFt_2$) tornar por maal [...]

*[...mandou dizer-lhe que logo voltasse por bem e, **quando** não o fizesse, que o faria voltar por mal...]*

38. E **quando** isto assi não sobcedesse (Sb_2Pt_1), e o rompimento não se escusasse (Sb_2Pt_1), que ao menos tinha ($IdPt_1$) escolhido lugar onde como Principe acabaria [...] (CDAV)

*[E, **quando** isso assim não sucedesse e o rompimento não se justificasse, que ao menos tinha escolhido o lugar onde acabaria como príncipe...]*

39. [...] se dissesse que has da dicta Ordem refariam ha guerra contra hos imigos da fee, e no serviço delRei, e do Regno outra tanta gente quanta era ha dos Templarios quando serviam, esto diceram que seria ($IdFt_2$) **quando** hos da dicta Ordem de S. Johaõ quizessem (Sb_2Pt_1) [...] (CDD)

*[...se dissesse que os da dita Ordem refariam a guerra contra os inimigos da fé e a serviço de el-rei e do reino muitas outras pessoas, assim como templários quando serviam, isto disseram que seria **quando** os da dita Ordem de São João quisessem...]*

40. [...] e que isto lhes seria facil de fazer; porque por parte do Infante D. Pedro, **quando** muito podesse (Sb_2Pt_1) ser, seria ($IdFt_2$) povo e gente meuda [...] (CDAV)

*[...e que isso lhes seria fácil de fazer, porque, por parte do infante D. Pedro, **quando** pudesse muito ser, seria povo e gente pequena...]*

41. [...] e vos quito (*IdPr*) todolos preitos, e menagens, e juramentos, que tee ho dia doje como vassallos me tinheis feito pera **quando** eu nom cumprir (*Sb₂Ft*) ho que disse, vos servirdes, e ajudardes ha EIRei D. Diniz, e ha seus soccessores que vos para esso requererem. (CDAV)

*[... e vos desobriço de todas as promessas, mensagens e juramentos que, até o dia de hoje me tínheis feito como vassallos **quando** eu não cumprir o que disse, vós servirdes e ajudardes a el-Rei D. Diniz...]*

A simultaneidade ténue entre os estados de coisas dos períodos transcritos pode ser justificada, em princípio, pela diferença de tempo verbal em que foram conjugados os verbos da prótase e da apódose. Desse modo, temos:

- (36) $Sb_2Ft \times IdPr$;
- (37) $InFt_2 \times Sb_2Pt_1$;
- (38) $Sb_2Pt_1 \times IdPt_1$;
- (39) $Sb_2Pt_1 \times IdFt_2$;
- (40) $Sb_2Pt_1 \times IdFt_2$;
- (41) $Sb_2Ft \times IdPr$.

Em 38, tanto na cláusula temporal-condicional quanto na principal, o tempo verbal é Pt_1 , mas é evidente que os estados de coisas não são simultâneos, pois o que se passa na apódose (*ao menos tinha escolhido lugar onde como Príncipe acabaria*) ocorreu em um passado anterior ao descrito na prótase (*E **quando** isto assi não sobcedesse, e o rompimento não se escusasse*).

A exemplo dos casos em que a diferença de tempo verbal pode ocasionar não simultaneidade, vejamos o excerto 41, no qual a ação praticada na oração principal (*e vos quito todolos preitos, e menagens, e juramentos, que tee ho dia doje como vassallos me tinheis feito*) acontece no presente para que um objetivo possa se cumprir no futuro (*pera...vos servirdes, e ajudardes ha*

EIRei D. Diniz, e ha seus soccessores), caso haja o preenchimento de uma condição (**quando** *eu nom cumprir ho que disse*). Logo, em **41**, assim como nos exemplos de 36 a 40, não há simultaneidade.

Além de orações evento-factuais, como as descritas anteriormente, encontramos também três ocorrências (**42 a 44**), nas quais há condição preenchível na prótase, ao mesmo tempo em que aquilo que é expresso na prótase justifica o que é expresso na apódose, como observaremos adiante:

- 42.** [...] **quando** estes do Espirital nom quizessem (Sb_2Pt_1) guardar divida lealdade elles segundo hos muitos Castellos, e Fortalezas que tinham nos extremos de seus Regnos teendo taal desposição, e poder poderiam ($IdFt_2$) meter na teerra, e alevantar no Regno outro novo[...] (CDD)

[...quando estes não quisessem cumprir com sua lealdade, eles, segundo os muitos castelos e fortalezas que tinham nos extremos de seus reinos e tendo tal disposição e poder, poderiam colocar-se em terra e levantar no reino outro novo...]

- 43.** [...] se vejam (Sb_2Pr), e resprandeçaõ (Sb_2Pro) mais craro has boondades, e merecimentos dos filhos, **quando** acerqua de seus padres usarem (Sb_2Ft) ho contrairo. (CDD)

[...vejam-se e resplandeçam mais claramente as bondades e merecimentos do filhos quando fizerem o contrário de seus pais.]

- 44.** [...] porque elle **quando** em cazo de velhice, ou por outro empedimento que tivera ($IdPt_3$), requerera ($IdPt_3$) aho Ifante seu filho pera tomar semelhante regimento [...] (CDD)

[...porque ele, quando em caso de velhice ou por outro impedimento que tivera, requerera ao infante seus filho tomar semelhante regimento...]

O excerto **42** tem como característica apresentar na prótase uma condição preenchível, ou seja, a realização do que é descrito na apódose (*eles... poderiam meter na teerra, e alevantar no Regno outro novo*) só ocorre se a condição descrita na apódose for preenchida (**quando** *estes do Esprital nom quizessem guardar divida lealdade*). O mesmo ocorre em **43** e **44**, como podemos comprovar a seguir. O que é descrito em

- I. [...] se vejam, e resprandeçaõ mais craro has boondades, e merecimentos dos filhos [...]
- II. [...] elle... requerera (*pretérito mais-que-perfeito do indicativo*) aho lfante seu filho pera tomar semelhante regimento [...]

tem realização possível se preenchida a condição imposta em

- I. [...] **quando** acerca de seus padres usarem ho contrairo.
- II. [...] **quando** em cazo de velhice, ou por outro empedimento que tivera [...]

Como dito anteriormente, o fato de a possibilidade da oração principal acontecer apenas dentro das condições estabelecidas na oração adverbial caracteriza a temporal-condicional como eventual. Passemos, então, à descrição daquilo que caracteriza os exemplos acima também como temporais-condicionais factuais.

Nas ocorrências **42** a **45**, podemos interpretar aquilo que é expresso na oração temporal como justificativa para o que é expresso na oração principal. Assim, o que é dito na temporal-condicional

(42) [...] **quando** estes do Esprital nom quizessem guardar divida lealdade [...]

(43) [...] **quando** acerca de seus padres usarem ho contrairo.

(44) [...] **quando** em cazo de velhice, ou por outro empedimento que tivera [...]

justifica o que é dito na principal:

(42) [...] eles... poderiam meter na teerra, e alevantar no Regno outro novo [...]

(43) [...] se vejam, e resprandeçaõ mais craro has boondades, e merecimentos dos filhos [...]

(44) [...] requerera aho lfante seu filho pera tomar semelhante regimento

Apesar de a ocorrência **44** parecer estranha nessa lógica, isso se deve ao tempo e ao modo verbal no qual se encontra conjugado o verbo *ter* (IdPt₃). Ao retomarmos o contexto em que o período analisado ocorre, temos, nesse trecho da crônica, o cronista narrando o espanto do rei D. Diniz diante da exigência feita pelo seu filho primogênito, D. Afonso, para que o pai o deixasse assumir o trono português. Conforme a narrativa, D. Diniz havia solicitado ao filho para reger Portugal apenas em caso de velhice ou por outro impedimento que ele, como rei, tivesse. Conforme o narrador, diante dessa exigência, D. Diniz respondeu ao filho que, estando o pai em idade e em condições de reger, deveria o infante dispensar tal regimento e muito menos deveria querer obrigar o pai a lhe ceder o trono. Diante dessa análise contextual, fica evidente que o verbo *ter*, presente na oração condicional e conjugado no Pt₃, deve ser interpretado como se estivesse conjugado no Sb₂Pt₁, para que compreendamos a justificativa da prótase em relação à apódose.

Essas 9 ocorrências foram classificadas como *evento-factuais*, pois, no caso das primeiras (**36 a 41**), ao mesmo tempo em que a condição expressa na prótase é preenchível, não há relação temporal de simultaneidade entre os estados de coisas da oração adverbial e da principal. No caso das últimas (**42 a 44**), ocorre tanto uma situação de condição preenchível na prótase quanto uma noção de que o conteúdo expresso na prótase justifica o expresso na apódose.

Assim, a partir do desenvolvimento das análises expostas neste capítulo, obtivemos o seguinte panorama geral de resultado, o qual apresentamos no quadro 9.

<p>ORAÇÕES TEMPORAIS: 68 ocorrências.</p>
<p>ORAÇÕES CONDICIONAIS: 63 ocorrências.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Condicionais eventuais: 50 ocorrências. <ul style="list-style-type: none"> 1. <u>pretérito imperfeito e pretérito imperfeito</u>: 27 ocorrências; 2. <u>presente do indicativo e presente do indicativo</u>: 2 ocorrências; 3. <u>futuro do pretérito e pretérito imperfeito</u>: 12 ocorrências; 4. <u>futuro do subjuntivo e presente do indicativo</u>: 2 ocorrências; 5. <u>futuro do subjuntivo e futuro do presente do indicativo</u>: 2 ocorrências; 6. <u>pretérito imperfeito do subjuntivo e futuro do presente do indicativo</u>: 2 ocorrências; 7. <u>futuro do subjuntivo e imperativo</u>: 1 ocorrência; 8. <u>pretérito imperfeito do subjuntivo e pretérito perfeito</u>: 1 ocorrência; 9. <u>futuro do subjuntivo e presente do subjuntivo</u>: 1 ocorrência. • Condicionais factuais: 4 ocorrências. • Condicionais evento-factuais: 9 ocorrências. <ul style="list-style-type: none"> I. <u>Condição preenchível (eventual) relação temporal tênue (factual)</u>: 6 ocorrências; II. <u>Condição preenchível (eventual) e o expresso na temporal justifica o expresso na principal (factual)</u>: 3 ocorrências.

Quadro 9. Panorama geral do resultado das análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo funcionalista, investigamos cláusulas que, introduzidas no período oracional por meio do conector *quando*, estabelecem, com uma oração tradicionalmente denominada principal, uma relação de condição. A fim de compreender como essa relação, descrita por Neves (2011) em *corpora* atuais da língua portuguesa, ocorria na fase arcaica do português, selecionamos *corpora* constituídos de cinco obras do início do século XVI, da autoria de Rui de Pina.

Dessa nossa investigação resultou que, em 48% da vinculação de cláusulas, a relação que emerge é a condicional, sendo muito tênue em alguns casos a noção temporal. Se considerarmos que quase metade das ocorrências analisadas apresentou relação condicional, em um contexto em que formalmente seriam classificadas como temporais, compreendemos que, mesmo em um período em que a língua portuguesa ainda se apresentava com muitas características da fase arcaica, já era relevante a maleabilidade do conector *quando* ao exprimir tanto uma situação de tempo quanto de condição. Esse resultado nos permite afirmar que, no que compete às relações estabelecidas pelo conector em questão, não se trata de considerar a relação condicional como uma exceção à regra, mas de reconhecer que, determinado o contexto linguístico, ele pode estabelecer relação semântica, de maneira eficiente, tanto de condição quanto de tempo.

Nossas análises demonstraram que, diferentemente do previsto por Neves (2011), a combinação de outros tempos verbais, que não apenas o Pt₁ e IdPr, em orações vinculadas pelo *quando* pode da mesma forma proporcionar uma relação de condição. Nossa pesquisa descreveu pelo menos 9 combinações de tempo e modo verbais nas ocorrências condicionais.

Os períodos nos quais a relação condicional foi eventual foram os mais encontrados em nossas análises, representando 80% das 63 condicionais analisadas. Provavelmente por isso, foi também nesse grupo que tivemos o maior número de combinações modo-temporais. As condicionais factuais, por sua vez, representaram apenas 6% do total de ocorrências analisadas.

Encontramos ainda ocorrências cujas análises lhes conferiram características tanto de uma relação condicional eventual quanto de uma

relação condicional factual, as quais denominamos de *evento-factuais*, propondo, dessa forma, uma discussão acerca de um possível tipo misto de condição. Nesse caso, essa condição não seria nem totalmente eventual nem totalmente factual.

Assim, esperamos que a abordagem dada às orações introduzidas pelo *quando* neste trabalho tenha demonstrado que a relação condicional pode ser estabelecida linguisticamente apesar da fórmula canônica **se p (então) q** – como em “Se tudo está desse jeito, eu não posso confiar” (NEVES, 2011, p. 832), em oposição a “...se vejam, e resprandecaõ mais craro has bondades, e merecimentos dos filhos, quando acerca do seus padres usarem ho contrairo.” (CDD).

Por último, entendemos que toda pesquisa funcional acerca das relações condicionais intermediadas pelo *quando* pode contribuir para a desmistificação do *quando* como um conector que funciona apenas como marcador de uma relação temporal entre as cláusulas, ou seja, apenas como introdutor de oração subordinada adverbial temporal, quando, na verdade, sua história demonstra uma coexistência de relações semânticas. Assim, concluímos que uma oração introduzida pelo *quando* não pode ser com certeza classificada como temporal *quando* olhamos apenas para o conector. É preciso analisar o contexto em que ele se insere para depreender a relação semântica por ele apresentada.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, J. D. Expressão linguística das relações retóricas de circunstância e de condição por meio de orações adverbiais temporais e por meio de orações adverbiais condicionais. In: **Estudos Linguísticos**. São Paulo: 2012, 41 (1), p. 128-143.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.
- CAMARA JR. J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CAMARA JR. J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 250 p.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fename, 1982.
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1985. 724 p.
- DeLANCEY, S. **On functionalism**. Lecture. LSA Summer Institute. Santa Barbara, 2001. Disponível em: <<http://pages.uoregon.edu/delancey/sb/LECT01.htm>>. Acesso em 17 de setembro de 2013.
- FARACO, C. A.; MOURA, F. M. **Gramática**. 19. ed. São Paulo: 2003. 616 p.
- FONSECA, F. V. P. da. **Noções de História da Língua Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959. 177 p.
- GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1967. 522 p.
- HALLIDAY, M. A. K. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. Londres: Routledge; Nova Iorque: Routledge, 2004. 786 p.
- HIRATA-VALE, F. B. de M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico pragmático**. Tese. (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras – Unesp. 2005. 160 p.

LIMA-HERNANDES, M. C. Estágios de gramaticalização da noção de tempo – processos de combinação de orações. In: **Veredas**. v. 8, n. 1 e n.2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2004. p. 183-194.

LIMA-HERNANDES, M. C. **Orações Adverbiais Temporais conectivas no português popular de São Paulo**. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dlcvl/port/pdf/mariacelia_c01.pdf>. Acesso em 12 de março de 2013.

MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org.). **Linguística funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MOISÉS, M. **A Literatura Portuguesa através dos Textos**. 33. ed. rev. E ampl. São Paulo: Cultrix, 2012. 740 p.

MOREIRA, Z. C. **Dicionário da língua portuguesa arcaica**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

NEVES, M. H. de M. **Uma visão geral da gramática funcional**. Alfa, São Paulo, v. 38. p. 109-127. 1994.

NEVES, M. H. de M. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. VII. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 752 p.

NEVES, M. H. de M. **Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160 p.

NEVES, M. H. de M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 282 p.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 1005 p.

OLIVEIRA, R. P. de. Formalismos na Linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística – Fundamentos Epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Linguística – Fundamentos Epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Affonso II**. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/22826>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Affonso III**. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/15674>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Affonso V**. vol. I. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/25987>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Affonso V.** vol. II. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/21911>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Affonso V.** vol. III. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/24508>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Diniz.** vol. I. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/16571>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Diniz.** vol. II. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/18167>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei Dom Sancho II.** Disponível em <<http://www.gutenberg.org/ebooks/27311>>. Acesso em 20 de junho de 2014.

REXONA, Publicidade. Disponível em <http://www.unilever.com.br/aboutus/historia_das_marcas/rexona/rexona_anuncioimpresso_1969.aspx>. Acesso em 8 de março de 2014.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 15. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

SARAIVA, J. A.; LOPES, Ó. **História da Literatura Portuguesa.** 6. ed. Porto: Porto Editora; Lisboa: Empresa de Lit. Fluminense, LDA., s/d. 1135 p.

SILVA, J. C. da. **Dicionário da língua portuguesa medieval.** Londrina: EDUEL, 2007.

SILVA NETO, S. da. **Textos medievais portugueses e seus problemas.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale:** édition critique préparée par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1972.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa.** Trad. Celso Cunha. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.